

UNIVERSIDADE DE SALAMANCA
FACULDADE DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA MEDIEVAL, MODERNA E CONTEMPORÂNEA



TESE DE DOUTORAMENTO

SALAMANCA E COIMBRA:
UNIVERSIDADES PENINSULARES DO RENASCIMENTO.
ANÁLISE DA POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DOS GRAUS
ACADÊMICOS

NOEMÍ CUBAS MARTÍN

DIRETORES:

DR. LUIS E. RODRÍGUEZ-SAN PEDRO BEZARES (UNIVERSIDADE E DE SALAMANCA)

DR. FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA (UNIVERSIDADE E DE COIMBRA)

SALAMANCA, 2013

ÍNDICE TEMÁTICO

Capítulo 1. Introdução: Bases da investigação

Capítulo 2. Estado da questão: Historiografia sobre as Universidades peninsulares e o grémio universitário

Capítulo 3. Bases metodológicas da investigação: fontes documentais, problemas de interpretação ou tratamento estatístico e sistema de análise

Capítulo 4. Graus concedidos pela Universidade de Salamanca 1500-1560

Capítulo 5. As graduações no Renascimento: reconstrução dos requisitos académicos, protocolo e cerimónias

Capítulo 6. Graduados portugueses na Universidade de Salamanca (1500-1560)

Capítulo 7. Graus académicos na Universidade portuguesa (1500-1560)

Capítulo 8. Conclusões

Capítulo 9. Apêndice documental (no CD-ROM)

Capítulo 10. Fontes e bibliografia (no CD-ROM)

RESUMO

JUSTIFICAÇÃO DO TEMA: INTERESSES DO ESTUDO E PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS SOBRE A INVESTIGAÇÃO

Quando escolhemos a análise do grêmio universitário durante o início da Idade Moderna, sabíamos que era um período complexo. Em primeiro lugar, ficava ante nós uma fase de transição de épocas históricas e, nesse contexto, estava o primitivo desenvolvimento institucional do ensino superior: os primeiros passos das Universidades, um grêmio que tinha ultrapassado o marco dos claustros medievais das Sés. A confluência de ambos os cenários, mostra como a necessidade pelo conhecimento ou pela formação (condensadas inicialmente nas capas mais influentes da sociedade) deriva na extensão e na secularização do saber até, finalmente, a difusão da informação e a materialização da ciência.

Época difícil e a igualmente complicada investigação sobre um período crucial do desenvolvimento institucional das Universidades. Período que nos fala do processo de mudança de uma época medieval até as raízes das entidades que hoje conhecemos como Universidades. Um reto apaixonante cujo interesse nos atraiu desde o início, pela relevância das contribuições que pudésemos acrescentar.

Justificamos o interesse do presente trabalho através de quatro grandes claves. Com o estudo das Universidades peninsulares durante esta etapa cobrimos um vazio historiográfico e esclarecemos um período fundamental para a formação das Universidades peninsulares, incluso européias. A base da nossa investigação, num segundo lugar, baseia-se em fontes primárias inéditas nada ou pouco trabalhadas e, em nenhum caso, analisadas sistematicamente. Em terceiro término, utilizamos um enfoque histórico-social afastado e complementar à tradicional ótica político-institucional: através deste, caracterizamos a Universidade e, o seu grêmio e os graus. Por último, abordamos o trabalho desde uma perspectiva comparada entre Salamanca e Coimbra que enriquece o conhecimento sobre ambas as entidades e, em conjunto, sobre o fenómeno Universitário europeu.

Outras duas questões elevam o interesse do presente trabalho. A nossa investigação é a expressão ou fruto da colaboração dos centros e especialistas que dirigem esta área de estudos: sem perder nunca de vista o “Centro de Historia Universitária Alfonso IX” da Universidade e de Salamanca como referência fundamental, assim como os professores e instituições que em Coimbra apóiam o estudo da Universidade e, como o próprio Arquivo da Universidade. Do mesmo modo, a metodologia de trabalho utilizada na investigação oferece aos futuros investigadores uma plataforma de informação sólida para que novos estudos possam continuar no avance do conhecimento histórico das Universidades.

A principal dificuldade surge do maior atractivo do trabalho: as fontes documentais. Com elas, trasladamo-nos a uma nova dimensão da análise sobre as Universidades tendo, porém, em conta que a natureza delas representou enormes dificuldades para a própria investigação. Temos que valorizar a época estudada, na qual a produção dos registos administrativos é pouco regular ou sistemáticos. Além

disso, temos de contemplar o tratamento posterior que as fontes têm recebido ao longo dos tempos, até finalmente chegar as nossas mãos. Apesar das contribuições excepcionais que aportam ao conhecimento histórico das Universidades, a documentação inédita utilizada nesta investigação, não foi simples de obter, transcrever, tratar e analisar. Em contrapartida, os dados que aportam - para um período até agora na penumbra-, são realmente relevantes, se bem não conseguem oferecer uma seqüência lineal durante o lustro largo que compreende o nosso trabalho de investigação. Ou seja, não dispondo de dados seriados completos para as seis décadas nem para Salamanca nem para Coimbra, os resultados são plenamente satisfatórios.

Nas fontes reside a origem da presente investigação. Estamos perante as primeiras series documentais que nos falam do grêmio acadêmico, e as únicas - a exceção dos "Livros de claustros-Livros dos Conselhos" para este período, além das diversas normativas conservadas. O grau é a única variável científica que pode configurar-se para a análise das Universidades nesta fase histórica: não existe uma informação equiparável neste sentido como matrículas, registros de cátedras ou outras seriem documentais que serão mais sistemáticas sobre todo a partir de meados do século XVI, seja em Salamanca seja em Coimbra. Esta é a clave do interesse do nosso trabalho desde que começou, há anos, e tomou forma num estudo anterior até a presente tese de doutoramento.¹

¹ Noemí Cubas Martín, *Grados Universitarios en Salamanca del Renacimiento*, grau de Salamanca defendido na Universidade de Salamanca em 2005, dirigida pelo Prof. Doutor Luis E. Rodríguez-San Pedro.

FUNDAMENTOS E HIPÓTESES DE TRABALHO

Ao vincular o interesse e a justificação deste trabalho de investigação com os abundantes trabalhos historiográficos consultados a propósito da matéria e com algumas aproximações ou trabalhos de campo prévios: Que perguntas poderão fazer? Quais são as expectativas e hipóteses sugeridas? Explicaremos brevemente, alguns dos fundamentos sobre os que construímos as bases e hipóteses do nosso trabalho:

- A análise da população universitária não deve ser considerada como um simples exercício de história social - que completa a história institucional das entidades universitárias senão também como uma oportunidade de produzir conhecimento histórico. De facto, como o único possível tendo em conta as fontes de informação disponíveis para esta época.
- Devido ao significado do grau académico, como veremos, a sua análise proporciona uma quantidade de dados relevantes sobre múltiplas dimensões da instituição: social, política, cultural e também económica. O estudo dos graus leva-nos a uma dimensão económica ou material destas instituições. Aspeto, escassamente valorizado desde a historiografia predominante e tema já investigado pelos diretores do presente trabalho.²

² No apartado bibliográfico recolhemos uma parte das investigações de ambos autores, destacamos agora as teses de doutoramento deles Luis E. Rodríguez-San Pedro, *a Universidad Salmantina del Barroco. Período 1598-1625*, Salamanca, Ed. Universidad de Salamanca, 1986 (3 vols.) e Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995.

- A presente investigação científico-social – focalizada nos próprios graus-desloca-nos desde o conhecimento da instituição até a compreensão da sociedade na que se integra com a qual dialoga e que mantém o fenómeno universitário, assim como a história e a evolução do conhecimento durante a época.
- A “saúde” institucional de ambas as entidades, Salamanca e Coimbra, podem ser medida através dos registos dos graus durante o século XVI. A análise oferece cifras de volumes e composição de estudos (das principais faculdades) assim como procedências dos indivíduos. Os números podem, da mesma forma, ser comparados com os trabalhos disponíveis para séculos posteriores.
- O grau revela também a natureza de um grémio clerical e com um carácter elitista no seu perfil social.
- O grau oferece a oportunidade de obter um conhecimento histórico muito mais perto e real da entidade do que os muitos estudos sobre diferentes questões: institucionais, biográficos ou, em general, especulativos que, em ocasiões, se tem realizado; por enquanto vamos analisar a informação relativa aos verdadeiros protagonistas da vida académica do momento.

Hipóteses secundárias:

- O modelo universitário salmantino contrapõe o tópico da sua essência autônoma e igualitária com a realidade da produção de titulados. O próprio centro que invoca uma independência relativamente ao poder circundante e certa equidade entre os membros que a integram, convive com um desenvolvimento menos “democrático” da sua população universitária a propósito da colação de graus. Se no primeiro tópico reside o poder do saber como marco que regula as relações entre os membros, no segundo reside o poder do dinheiro ou o poder social (na sua vertente religiosa, estamental e corporativa).
- A Universidade de Coimbra estava num período de transição no qual a atração, fixação e estabilização de população universitária se convertem num ponto fundamental para a sobrevivência e projeção da própria instituição. Nesse sentido, devemos estudar a interação com Salamanca, que não só atraiu aos estudantes portugueses - fora do país devido a uma constante emigração assentada entre territórios ao longo dos séculos-, senão também devido ao facto de existir uma maior eficiência institucional da entidade salmantina. Parece que, obter uma graduação em Salamanca era mais rápido e tinha uma maior utilidade do que em Coimbra -se bem que era mais caro- apesar de que no Reino de Portugal há na época uma única Universidade. Porém, Salamanca deve competir não só com centros de Castela senão também de todo o território peninsular na expedição de títulos universitários.

- Perante a realidade econômica e financeira das instituições universitárias analisadas, a colação de graus representa também uma fonte de ingressos. Se bem, num princípio possa parecer comparativamente insignificante em relação às rendas ou direitos que perceberam as arcas de ambos os Estudos, a colação de graus significa um complemento importante para os principais membros do grêmio (os próprios doutores) devido ao facto de que a maior parte dos ingressos da Universidade foram, aos poucos, absorvidos por grupos reduzidos (principalmente pelos catedráticos de propriedade).
- Neste período de estudo, ainda as Universidades não tinham o direito único nem a exclusividade na expedição de títulos académicos. Neste contexto, tanto Salamanca como Coimbra tinham litígios abertos, onde seus próprios alunos - graduados - juristas interpõem contra os homônimos de outros centros ou entidades, longos pleitos perante as mais altas instâncias pela exclusividade dos mesmos.
- O grau traduz uma posição social que também era vivida na Universidade do XVI através das distintas subidas de titulação: bacharel, licenciado e doutor ou mestre.
- A análise dos graus não só conduz ao debate sobre os modelos universitários do passado, mas também até as teses fundamentadas na origem da história social universitária: a chamada “revolução educativa” iniciada pelos precursores Stone, Kagan ou Peset mais atualmente já revisadas: apesar do

avance que constitui o fenômeno universitário em relação ao passado, tendo em conta a análise da população universitária e a sua classe social ou aos mecanismos para a obtenção da titulação e as quantidades económicas que representa além do analfabetismo da maior parte da população e a ausência de oportunidades, devemos reconsiderar os termos e voltar-nos mais para uma “revolução burocrática” no âmbito universitário peninsular nos inícios da Idade Moderna.

- O grau fala também de relações de ordem geográfico (as procedências dos graduados que, nem sempre, aparecem detalhadas nas atas) e também da mortalidade académica: da mesma maneira que tem sido comprovado para períodos posteriores, existe uma disparidade entre os matriculados e os graduados nas Universidades durante todo o período moderno. Facto que conduz a dois problemas: o primeiro, que os graduados são, em realidade, uma elite dentro do próprio grêmio ou um grupo muito reduzido da sociedade que demanda burocratas, técnicos, missionários ou outros letrados. Em segundo termo, a Universidade proporciona privilégios, é uma corporação dentro da corporação: proteção, condição foral própria, isenções tributárias, melhores preços na alimentação e vivenda...
- Graças à análise do grau observa-se a capacidade produtiva do fenómeno universitário. Em outras palavras, o êxito da instituição do ensino superior está relacionado com a própria capacidade para produzir titulados.

OBJETIVOS

Com o objetivo de analisar as hipóteses marcadas, fizemos uns objetivos principais. Fizemos, por tanto, um trabalho complexo e inovador:

- Cobrir as necessidades de investigação sobre o estudo dos graduados, um dos grupos menos conhecidos a nível peninsular; sobre tudo se os comparamos com o grupo de colegiais ou com os estudos realizados de matrículas universitárias.
- Detectar e organizar as fontes documentais disponíveis, transcrever as atas e registros inéditos e recopilar as fontes normativas publicadas.
- Criar uma base de dados especialmente desenhada para o tratamento comparado e para o tratamento informático dos dados obtidos.
- Analisar estatística e quantitativamente os graduados dos centros universitários de Salamanca e de Coimbra: números totais de bacharéis, licenciados, doutores e professores; composição por faculdades; evolução dos graus durante os primeiros sessenta anos do século XVI; evolução das graduações durante a totalidade do período Moderno; análise e distribuição das procedências dos graduados.

- Colaborar na valorização do acesso às séries documentais inéditas que ainda se encontram infra utilizadas nos Arquivos Universitários.
- Reconstruir as graduações na Universidade de Salamanca e na Universidade de Coimbra desde a informação primária das próprias fontes transcritas.
- Iluminar um dos períodos mais delicados e pior conhecidos da história das Universidades: a irrupção no século XVI, com mudanças políticas (consolidação das monarquias) e religiosas (na época imediatamente posterior à estudada: as reformas do Concílio de Trento e a Contra-Reforma) que marcaram a trajetória universitária, especialmente em Portugal, com a consolidação da Universidade em Coimbra e toda uma série de mudanças propostas diretamente pelo monarca D. João III; que envolvem também, como demonstraremos o desenvolvimento da própria Universidade de Salamanca.
- Não só são do máximo interesse o estudo, a construção e reinterpretação da História e desenvolvimento dos centros de Salamanca e de Coimbra, senão também observar a interação entre eles. Salamanca foi considerada como uma das Universidades maiores da península, com um extenso número de matrículas e uma graduação com elevadas despesas; no entanto Coimbra, sendo única no reino português e estando numa etapa ainda de definição e consolidação neste período estudado, responderia a um modelo de

Universidade mais modesta, com uma matrícula inferior e um menor número também de graduados. Coimbra enviava estudantes para Salamanca e, numa troca acadêmica, demandava professores que elevaram a Coimbra a um maior prestígio. Mais, existia – e porque- uma incidência importante de graduados portugueses em Salamanca - existindo uma Universidade portuguesa reformada em 1537 em Coimbra? Quais eram os motivos reais do êxodo? De que maneira beneficiava à Universidade salmantina a atração de estudantes lusos? Acabou a refundição definitiva com o fluxo de emigração cultural que até a data caracterizava o centro Português?³ Ajudou a contratação de docentes procedentes de Salamanca e de outros destinos internacionais para a estabilização da população universitária em Portugal?

METODOLOGIA

No que diz respeito à metodologia utilizada, remetemos o leitor ao “Capítulo terceiro. Bases metodológicas da investigação: fontes documentais, problemas de interpretação ou tratamento estatístico e sistema de análise” onde abordamos os aspetos fundamentais do sistema de análise da investigação, em função da adaptação

³ Durante a Idade Média houve um fluxo migratório estudantil virado durante o século XIII ao Estudo de Bolonha; durante o século XIV torna para uma preferência francesa, especificamente aos centros de Montpellier e Toulouse; durante o século XV recupera-se o trânsito até o norte de Itália e, já no século XVI predomina a migração aos centros de Salamanca e Paris.

da investigação às fontes. No entanto, o aparato metodológico pode sintetizar-se nos seguintes pontos:

- Construção da variável do “grau acadêmico” procedente da informação contida nas fontes documentais (Para Salamanca: “Registros testificais de provas de cursos e bacharelatos”, “Libros de grados mayores”, “Livros de Juramentos”; “Livros dos Conselhos” para Coimbra, e também os “Livros de Lisboa”, “Livros de Autos e Graus e Provas de Cursos”).
- Aplicação quantitativa da “variável graus” para as Universidades de Salamanca e de Coimbra: graduados totais, composição dos graus (bacharel, licenciado e doutor/mestre), repartição dos graus por faculdades (Direitos, Medicina, Teologia, Artes e Teologia), procedências dos graduados ou a evolução diacrônica durante a Idade Moderna.
- Aplicação qualitativa da “variável graus”: confrontação entre o marco normativo (há uma multiplicidade de documentação normativa que, nesta época, sofre constantes modificações e mudanças, especialmente em Coimbra) e a prática real que observamos, não só diretamente das atas registradas pelos secretários universitários, mas também pela análise de fontes documentais recopiladas - “externas” à Secretaria universitária- como são o *Bulário e Cartulário da Universidade de Salamanca* ou o *Chartularium Universitatis Conimbricensis* para Coimbra. Fontes onde podemos obter uma informação de alta qualidade acerca dos próprios graduados, em muitas ocasiões, que

interatuam com poderes alheios ao Estudo e também em matéria de graduações.⁴

- Aplicação comparativa da “variável graus”: comparação dos dados para cada Universidade durante os sessenta anos estudados; mas também comparação dos dados entre os próprios centros de Salamanca e Coimbra; e, por último, em relação aos dados posteriores que sobre os quais têm trabalhado outros especialistas. Um estudo em paralelo sempre enriquece a análise das unidades individualmente observadas, as suas características, particularidades, etc. Supõe também um meio fundamental da historiografia em relação ao caráter científico-social do trabalho.

COTAS TEMPORAIS DA INVESTIGAÇÃO

A delimitação temporal da análise, condicionado também pelas próprias fontes documentais, começa no início do século XVI e termina ao redor de 1560, determinado por dois acontecimentos claves na história peninsular: a morte de D. João III em Portugal em 1557 e a proibição de Felipe II de estudar no estrangeiro em 1559, quebrando parcialmente a mobilidade interuniversitária. Durante este período, que

⁴ Vicente Beltrán de Heredia, *Bulario da Universidad de Salamanca (1219-1549)*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1966-67 (3 vols.); do mesmo autor, *Cartulario da Universidad de Salamanca (1218-1600)*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1970-1973 (6 vols.). Para Coimbra: A. Moreira de Sá, *Chartularium universitatis portugalensis (1288-1537)*, Lisboa, Instit. da Alta Cultura, 1966- 2001 (14 vols.).

compreende sessenta anos de história, observa-se nos dois centros uma rápida evolução: o trânsito desde uma estrutura ainda medieval, até a consolidação das bases da instituição -dentro do contexto da construção do Estado Moderno, a iminente Contra- reforma ou a projeção europeia até ao este e oeste do planeta. Estamos perante as Monarquias Católicas, onde diversos reis modificam e aperfeiçoam os recursos das Universidades ao tempo que convivem com o predomínio da Igreja Católica e a natureza eminentemente clerical do fenómeno universitário.

A ELEIÇÃO DE SALAMANCA E COIMBRA

Relativamente à eleição de Salamanca e a comparação com Coimbra, estamos perante as Universidades protagonistas dos Reinos de Castela e Portugal (dois dos territórios políticos com uma maior projeção do período de estudo, territórios nos que se situam dois dos centros universitários com uma maior repercussão). Ambas atuam num contexto macro similar, em dois reinos em expansão protagonistas no cenário europeu: fim da reconquista até o sul na Península e projeção até ultramar, defesa da ortodoxia católica e a construção do Estado Moderno. As relações entre as duas Universidades foram fortes desde o princípio: Salamanca é um foco de atração de estudantes portugueses desde a Baixa Idade Media - verdadeira nação em Salamanca-, formando parte dela em todas as dimensões. O modelo salmantino serviu como referência, tanto no período lisboeta como depois de 1537 na refundação em Coimbra, e além dos alunos, muitos dos lentes portugueses tinham recebido formação académica também na própria Salamanca, onde alguns deles foram até lentes também. No relativo à relação das duas Universidades a partir dos fluxos de população universitária, podemos adiantar que na inércia migratória de estudantes lusos para Salamanca, a

Universidade de Lisboa/Coimbra sofre um sério condicionamento de desenvolvimento devido à saída contínua de estudantes para o centro de Salamanca; do mesmo modo Salamanca não pode ser compreendida sem o aporte de estudantes lusos nas suas aulas. Por tanto, ambos os centros tem uma vinculação recíproca, são duas entidades que patinham certas dinâmicas. É pelo conjunto dos ditos factos, que o interesse e qualidade científica do trabalho misturam-se numa análise dos modelos universitários renascentistas: o salmantino e o português. E desde o ponto de vista da análise da população universitária e no caso dos graus, a perspectiva que nós abrimos pode oferecer um conjunto de resultados de interesse no respeito à natureza, características, movimentos, etc., das populações universitárias peninsulares, ao falar de tendências e ao falar de metodologia.

Ao estudar o passo dos séculos XV ao XVI, os primeiros sessenta anos do XVII, são do maior interesse observar a consolidação de dois dos centros universitários más antigos e paradigmáticos do horizonte histórico ocidental. Salamanca tinha uma das Universidades maiores da Monarquia Hispânica, junto à Alcalá e Valladolid. Tinha uma influência internacional até finais do século XVII realmente intensa; sendo, de facto, considerada pela historiografia como uma das Universidades do século de Ouro espanhol. O êxito do centro tem as suas raízes no período cá estudado e é, também, o motor para a fundação de numerosos centros nos Reinos que, na Península coabitam com Castela.

No caso de Coimbra estamos ante a definitiva reformulação do ensino superior no reino de Portugal. Em torno a 1537 termina com a instalação na cidade do Mondego-, uma mudança reiterada entre sedes universitárias para instalar a universidade definitivamente em Coimbra, como alternativa da própria capital do

Reino. Em Coimbra, então, “nasceu” o “renasceu” a partir de 1537 a Universidade portuguesa que viveu anos difíceis durante o século XVI, primeiro com a própria refundação e depois a adesão com Castela no reinado de Felipe II. No entanto, A Universidade de Coimbra não deixará nunca e crescer, nem mesmo na época que - avançado o século XVII, Salamanca começa a perder seu protagonismo.

Temos agora de referir-nos brevemente a algumas das bases da formação das Universidades:

- Em primeiro lugar, temos a Universidade como resultado da interação de forças entre os dois máximos poderes do momento: a Igreja e a Coroa (com todas as suas escalas, níveis e hierarquias). Deixa de ser um saber de caráter teológico para um pequeno grupo de estudantes para passar a uma formação muito mais ampla, com uma validade universal e destinada a um grupo maior, Esse processo deve de ser considerado como produto do acordo ou a colaboração entre estas duas instâncias.
- E em segundo término, a autonomia, independência e liberdade do grêmio, devem de ser compreendido dentro dum marco de privilégios: o grêmio universitário é um grupo especial, privilegiado com direitos e benefícios não acessíveis ao resto da população. E são os próprios graus, nas suas diversas escalas, os que outorgam e validam esse status de privilégio.

O modelo universitário salmantino, por tanto, inspira o modelo de Coimbra, desde o estudo primitivo até a configuração da corporação universitária durante o século XVI. Por outro lado, o intercâmbio de recursos, de idéias e de população universitária - desde época medieval-, é constante e vai ser ainda maior a partir do

século XVI. O fluxo de portugueses para Salamanca resulta um fator relevante para a análise da Universidade salmantina como já alguns autores tem estudado.⁵ Assim como os graduados e lentes procedentes de Salamanca que ensinaram na cidade do Mondego e ao contrário. Em definitiva, as relações são constantes e podemos falar de duas Universidades irmãs em muitos aspetos no horizonte peninsular.

Além das similitudes ou pontos em comum, originalidades ou particularidades de uma frente à outra - suficientemente tratados por consumados especialistas-, Salamanca e Coimbra são Universidades de juristas e teólogos, pouco permeáveis aos novos conhecimentos que iluminarão a Idade Moderna. Temos de ter em conta que os dois centros têm caminhos diversos no papel que tem no jogo de equilíbrio entre a Igreja e a Monarquia - senhorial. Salamanca consegue maior apoio e equilíbrio, Coimbra recebe uma influência direta maior da Coroa, quem assume o protetorado e um primeiro plano de responsabilidade.

Não obstante, temos de ser cautos à hora de comparar as cifras dos dois centros por que ainda tendo em conta as particularidades próprias no desenvolvimento clássico de cada instituição, em Portugal falamos de um único centro com um caráter nacional - com uma limitada projeção na época estudada-, mais Salamanca - como uma das Universidades maiores peninsulares- tem também uma competitividade direta com outros centros peninsulares e incluso trans-peninsulares.

⁵ Remitimos ao lector para o “Capítulo 6. Graduados portugueses na Universidade de Salamanca (1500-1560)” do presente trabalho, destacamos agora os nomes de Joaquim Veríssimo Serrão, Armando de Jesús Márques o do grande especialista no tema: Ángel Marcos de Dios.

ENQUADRE HISTORIOGRÁFICO DA INVESTIGAÇÃO

Historiograficamente, a presente investigação enquadra-se no labor desenvolvida pelo “Centro de Historia Universitária Alfonso IX”, dirigido pelo Dr. Luis E. Rodríguez-San Pedro, um dos máximos especialistas do estudo das Universidades peninsulares e, desde logo, principal referência no caso de Salamanca. Beneficiou-se da sua orientação, aportes teóricos e metodológicos. Dita instituição, igualmente, tem permitido que a presente investigação tenha uma projeção internacional, como no caso de Coimbra: a tradicional irmandade entre modelos históricos (Salamanca - Coimbra ou Salamanca - Universidades Latino-americanas) tem sido complementada com as boas relações do Centro com outros homônimos: os constantes intercâmbios, colaborações e enriquecimentos. Fruto desta produtiva atividade surge à colaboração em forma de cotutela académica com o Prof. Dr. Fernando Taveira da Fonseca, experto na história socioeconómica da Universidade de Coimbra e que tem continuado desenvolvendo e investigando diversas linhas complementárias como o estudo do Colégio das Artes ou os próprios graus Universitários. Além disso, imprescindíveis foram as publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra assim como as orientações dos seus diretores: Manuel Augusto Rodrigues e M^a José Azevedo Santos.

Para a Universidade de Salamanca, por tanto, graças a labor investigadora e organizadora do “Centro de Historia Universitária Alfonso IX”, dispomos de uma base bibliográfica sólida, que permitiu realizar um contexto genal da Universidade salmantina a finais da Idade Media. Este trabalho foi mais complicado para Coimbra, apesar do esforço do próprio “Arquivo Universitário” junto a diversos “Institutos”

vinculados à Faculdade de Letras realizaram para publicar tanto fontes documentais como trabalhos de investigação sobre a Universidades.

Ambas as Universidades têm uma publicação sobre a sua própria história, sem embargo, havia um desconhecimento tanto dos graduados universitários como dos mecanismos reais de acesso aos títulos.⁶

Além do contexto de ambos os centros, estudamos os trabalhos desenvolvidos na área peninsular e latino americana sobre graus Universitários, tentando também repassar os poucos exemplos de investigação universitária comparada, campo ainda por acrescentar.

A partir desta base bibliográfica, bebemos da História quantitativa ou serial, além das tendências em prosopografia para elaborar as bases metodológicas do presente estudo. Completamos nosso enfoque incluindo a variável da Historia comparada, dentro de um enfoque histórico-social que traslada-nos desde a análise do grupo de graduados até um entendimento da instituição universitária peninsular.

⁶ Destacamos agora, as principais publicações de ambos Centros universitários, se bem remetemos ao leitor ao Capítulo Capítulo 2. Estado da questão: Historiografia sobre as Universidades peninsulares e o grêmio universitário assim como à Bibliografía para um melhor conhecimento do tema. Luis E Rodríguez-San Pedro coordenou a publicação de uma nova *Historia de la Universidad de Salamanca*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2002-2009. IV vols: I. *Trayectoria e vinculaciones* (2002), II. *Estructuras e flujos* (2004), III. *Saberes e confluencias* (2006), IV. *Vestigios e entramados* (2009). Para Portugal: Luis A. de Oliveira Ramos; Joel Serrão; António de Oliveira E Fernando Taveira da Fonseca, (coord.), *História da Universidade em Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra-Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. (vol. I, tomo I: 1290-1536; vol. I, tomo II: 1537-1771).

OS GRAUS ACADÊMICOS COMO CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA. POSSIBILIDADES

A partir da segunda metade do século XX começaram as investigações que sentaram as bases de uma nova forma de construir a História das Universidades: como a história social, a metodologia quantitativa ou a sociologia histórica, contribuíram para abrir novas vias no conhecimento do passado universitário europeu. A fronteira poderia estar nas primeiras palavras que orientam o trabalho de Fernando Taveira da Fonseca, a propósito da Universidade de Coimbra:

“A Universidade e não pode conceber-se isolada da sociedade que a gera e a mantém. As finalidades que presidiram á sua criação e tornaram possível a sua sobrevivência ao longo do tempo transcendem-na, ultrapassam o círculo limitado da utilidade institucional, para se objetivarem no espaço más amplo que é a sociedade”.⁷

Por tanto, tendo em conta a importância do grupo social, variáveis como a matrícula, a mortalidade académica ou os graus, passaram a ser uma ferramenta de análise importante para a compreensão do passado universitário.

⁷ Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771)...*, op. cit., p. 17 e p. 99.

Achamos que nosso trabalho pode também contribuir ao desenvolvimento da história social, desde que há anos ultrapassou aquela história de caráter mais positivista ou institucional.

Queremos apresentar umas perguntas que comecem a explicar a nossa investigação: Se admitimos o vínculo entre sociedade e academia, em que medida podem as quantificações oferecer resultados certos sobre o estado da saúde das Universidades ibéricas no passado mais ou menos remoto, em que medida é imprescindível relacionar as frias cifras com uma interpretação quantitativa dos fenômenos que expressam ou indicam? Os dados numéricos são um indicador eficaz da evolução institucional devido à análise da população universitária que ao mesmo tempo dá vida às Universidades. Mas, o importante, não é situar as cifras do desenvolvimento de qualquer instituição em relação com as cifras da sociedade que a “gera e mantém”?

Que é o grau acadêmico? Que significa para quem pode outorgá-lo ou consegui-lo?

Armando Pavón ilustra-nos acerca da origem, evolução e significado dos graus, desde o seu passado medieval até a Idade Moderna:

“La *licentia docendi* (permissão de ensino) e a *inceptio* (cerimônia de ingresso ao grêmio) são anteriores ao surgimento da Universidade, mas parece quase seguro que são os antecedentes diretos dos graus de licenciado e de doutor. Em princípio, nenhum dos dois reconhecimentos parece superior ao outro e apesar de os emissores sejam diferentes – o mestrescola ou os

colegas catedráticos- o seu objetivo é o mesmo: sancionar a capacidade de ensino, a formação magistral. Não têm que ver com as atividades escolares, se não com as labores docentes. Podemos compreender agora por que a cerimônia do grau de bacharelato terminava quando o candidato subia a cátedra e oferecia a lição. O estudante, depois de cursar nas escolas, conhecia a sua faculdade e podia ensiná-la. Estava habilitado para exercer a docência e para entrar no grêmio dos catedráticos. Ser bacharel significava, então, ser catedrático. Isso sim, para exercer o magistério necessitava a autorização eclesiástica e o reconhecimento dos próprios colegas maestros, ou seja, devia licenciar-se e doutorar-se.”⁸

Estas características permaneceram presentes em cada um dos graus acadêmicos. Mas é possível adivinhar como na época moderna produz uma mudança na conceição dos graus de bacharel e licenciado: perde peso a certificação da habilidade docente e ganha-a a acreditação escola. Noutras palavras:

“a aprendizagem e a aquisição de conhecimentos adquirem maior relevância. Desta sorte, os graus de bacharelato e licenciado se tornam importantes porque constata a possessão de certos conhecimentos”.⁹

⁸ Armando Pavón Romero “Los grados académicos: su significado medieval e su transformación em a Edad Moderna”, em *Ciencia e Academia. IX Congreso Internacional de Historia de as Universidades Hispánicas* (Valencia, Septiembre 2005). Prólogo Mariano Peset, València, Universitat de València, 2008, pp. 193.

⁹ *Idem*, pp. 193.

Como afirma o professor Luis E. Rodriguez-San Pedro: “A validação papal dos graus outorga aos nossos intelectuais uma dimensão supra territorial, e libera-os da tutela de escolas e poderes eclesiásticos preexistentes”.¹⁰ Isto é, a análise do grau, a capacidade para graduar, situa-nos no rango de autonomia ou de desenvolvimento institucional próprio de cada entidade universitária, á margem das origens universitários, condicionantes sociais e influências externas.

Os estudos de Juan Luis Polo oferecem uma panorâmica completa dos requisitos para a obtenção dos graus, em cada uma das suas formas: bacharel, licenciado e doutor/mestre.¹¹

Os requisitos para o acesso as graduações são de carácter acadêmico, social e econômico.

- Em primeiro lugar está o conjunto de assistências aos cursos, repetições, leituras ou exames. Parece um sistema regulado ou controlado para e pelo próprio grêmio, frente aos possíveis condicionantes externos. Da capacidade da corporação para impor a forma do seu magistério e controlar o acesso de novos integrantes ao grêmio.
- Em segundo termo, estão os conteúdos sociais: o graduado deve de mostrar direita ou indiretamente ao longo dos cursos universitários que

¹⁰ Luis E. Rodríguez-San Pedro, *Las Universidades de Castilla*”. em García Simón, Agustín (ed.), *Historia de una cultura. a singularidad de Castilla*, [Valladolid], Junta de Castilla e León, 1995, vol. II, pp. 414.

¹¹ Um pequeno compendio: Juan Luis Polo Rodríguez, Polo Rodríguez, Juan Luis; Hernández de Castro, Jerónimo, *Ceremonias e grados en la Universidad de Salamanca. Una aproximación al protocolo académico*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2004.

cumpra um conjunto de requisitos concretos como a boa procedência familiar (e a limpeza do sangue), uma boa conduta durante os anos de estudo na cidade ou a sua capacidade para participar nas redes sociais que dominam a Academia.

- Por último, devemos prestar atenção, aos aspetos económicos: ao falar de graduados falamos, senão de uma elite, sim de um grupo mais ou menos preparado para assumir o custo dos estudos e da inversão que resume o grau.

O estudo dos graus, em resumo, abre-nos o caminho até interessantes interpretações sobre a Universidade no passado e a sua população universitária. Por que a Universidade quer conservar e ter a exclusividade na colação dos graus? Por que pugna com outras instituições ou grupos para que não concedam graus próprios, Poderíamos dizer que, através da colação dos graus, a República das Letras fosse igualitária e autónoma como a Idéia que a historiografia mais tradicional transmitiu? Ou estas hipóteses e interpretações devem ser renovadas?¹²

¹² Para uma contextualização: Mariano Peset “La organización de las Universidades españolas en la Edad Moderna”. em A. Romano, *Studi e Diritto nell'area mediterranea in età moderna. Materiali per una storia delle istituzioni giuridiche e politiche medievali, moderne e contemporanee*, Mesina, Rubbettino, 1993, pp. 73-122.

CONCLUSIONES

8.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A organização das conclusões da nossa investigação segue dois grandes pilares: os resultados quantitativos e os aspetos qualitativos das graduações nas Universidades de Salamanca e Coimbra durante o período 1500-1560. Não obstante, consideramos oportuno compilar brevemente alguns aspetos prévios do amplo trabalho que implicou estas teses:

PRIMEIRO. Este trabalho assenta sobre a investigação de fontes primárias que permaneciam inéditas, tanto nos arquivos espanhóis como portugueses. Pusemos ao serviço do investigador uma ferramenta prática (as listas de graduados) que identifica os integrantes do grémio académico dos centros de Salamanca e Coimbra durante as primeiras seis décadas do século XVI. Proporcionamos, ainda, um amplo catálogo documental, inédito até ao momento, que trás à luz o período menos conhecido da história moderna de ambos os centros.

A problemática sobre as fontes foi o primeiro fator fundamental para entender este trabalho de investigação: a sua importância e o seu interesse. Publicamos uma lista completa de graduados universitários através do volume subsequente de documentação transcrita. Mergulhamos num minucioso trabalho de Arquivo contribuindo com uma nova perspectiva em função da análise dos graus.

O material trabalhado (as fontes investigadas) atua, não só, sobre a ausência de dados – existia um déficit de produção historiográfica para este período-, se não também sobre a forma em que se construiu o conhecimento histórico desta fase para ambos os centros: focado desde o nosso ponto de vista sobre a normativa existente em vez de analisar as dinâmicas reais do fenómeno estudantil.

O trabalho sobre as fontes de que dispomos foi complexo por um conjunto de razões que o leitor pode entender graças a uma aproximação superficial às mesmas (ver

capítulo 3 e capítulos para Salamanca e Coimbra sobre fontes no apêndice documental). Até aos nossos dias chegou uma informação de complicada interpretação: estamos perante um período prematuro no crescimento institucional de ambos os centros, que se traduziu na falta de sistematização, clareza ou ordem dos dados contidos nas fontes. Além do mais, em segundo termo, deve entender-se que por múltiplas razões dita documentação inicialmente emitida não foi conservada na sua totalidade.

Como é natural, deduzir a documentação trabalhada, interpretada em três idiomas (castelhano, português antigo e latim), por mão de vários secretários salmantinos e portugueses ao longo de sessenta anos, a complexidade das abreviaturas - especificamente no caso de nomes próprios, apelidos e localizações espaciais-, são uma amostra dos problemas solucionados.

SEGUNDO. A presente investigação também justifica o seu interesse e a relevância das suas contribuições desde o ponto de vista metodológico. A nossa investigação está baseada no tratamento da história social das instituições universitárias, na análise das suas populações, do conjunto do grémio identificando indivíduo por indivíduo.

Partimos, pois de uma perspectiva que dá prioridade ao conteúdo social do passado histórico, o seu protagonismo como ator na construção institucional. Assim como o diálogo que a população gremial estabelece com respeito ao contexto social mais amplo que o sustem, com o qual convive e interage. A colação de graus é uma expressão da dinâmica dessa população e oferece uma possibilidade única para a análise histórica com critérios científicos.

Mais além das limitações que oferecem as fontes (aspeto exposto no capítulo 3), o estudo dos graduados permite-nos penetrar no conhecimento da Universidade. E temos em conta que o nosso trabalho parte da análise das atas de graus, primeiras fontes seriadas conservadas (as séries de matrículas conservam-se em Salamanca a partir de mediados do século e para Coimbra duas décadas depois) deduziremos a relevância da documentação exposta e a nossa dedicação ao extrair o máximo de informação das mesmas.

A investigação sobre os graduados conduziu-nos também a aprofundar nas fontes conservadas e geradas por autoridades “externas” ao Estudo a propósito da temática, complementando a nossa panorâmica do conjunto universitário. Aos compêndios de documentação contida em fontes como o *Bulario* salmantino ou o *Cartulario* português,

deve somar-se o uso dos *Livros de Claustro*, cujo valor informativo resulta muito enriquecedor. Graças a esta sólida base documental, podemos obter dados para uma análise não só acerca dos próprios graus (as suas particularidades, evolução, etc.) se não também uma ampla perspectiva sobre o conjunto de vida universitária peninsular.

O segundo grande pilar metodológico a continuação do uso do grau como variável de análise social do grémio no passado, é a aplicação de uma aproximação comparada entre os centros e faculdades eleitos. Não vamos esclarecer aqui as vantagens e inconvenientes que o recurso da comparação introduz na investigação historiográfica, mas sem aclararmos brevemente por que decidimos por em comum a evolução de ambos os centros, já que desta forma explicamos a idoneidade do recurso da comparação neste caso em concreto. O crescimento da Universidade e de Coimbra forma parte do crescimento da Universidade e de Salamanca e vice-versa, porque a construção do ensino superior em ambos ambientes está intimamente relacionada. A população estudantil da Universidade e de Salamanca não se pode entender sem a repercussão que tem nas suas salas de aula o fluxo e contínua presença de portugueses, tanto por a atração que exerce Salamanca como pela expulsão que exerce a evolução da Universidade e de Lisboa/Coimbra, como tentaremos demonstrar. Por sua vez, o centro português, especialmente nesta época, mas com raízes no passado, absorve pautas, funcionários e estudantes desde Salamanca. Igualmente que estudante que pretendem continuar a sua carreira universitária (a sua graduação) depois de uma fase inicial em Salamanca. O modelo colegial salmantino também é valorado em Coimbra na hora de implantar o seu próprio. Assim como os conteúdos do magistério transmitido que ronda numa maior qualidade das aulas conimbricenses, um aspeto vital para a fixação e estabilização da população universitária aqui.

Por que a nossa investigação recolhe um evidente desequilíbrio na presença de portugueses ou castelhanos nos centros de Salamanca ou Coimbra? No que toca à presença portuguesa em Salamanca, além do apresentado previamente, remetemos o leitor à leitura do capítulo 6 – também 5 e 7-, onde se apresentam numerosos dados a respeito. No que toca à presença contrária, de castelhanos em Coimbra, deve destacar-se o seguinte. Primeiro, na Universidade e de Lisboa-Coimbra as atas tardam muito em nos oferecer os dados sobre a presença de graduados e, quando começam a detalhar a naturalidade do graduado, a presença de castelhanos não é comparável ao caminho

contrário (apesar de existir uma margem interpretativa nas fonte conimbricenses). Deve-se ter em conta o papel hegemônico que exerce a prestigiada Universidade e de Salamanca no conjunto da Península Ibérica para a época. O qual não acarreta uma menor relevância por parte de Coimbra. Cada centro tem a sua origem, evolução, particularidades e problemas. Não consideramos a Universidade e de Lisboa-Coimbra como uma “Universidade e menor”, se não que é a Universidade e do Reino - um Reino no auge neste período-. Com as dificuldades que veremos em quanto ao desenvolvimento que revela e competindo com um grêmio como o Salmantino mais consolidado e com uma tendência por parte deste à atração da população estudantil portuguesa. Não obstante, é um centro com uma bagagem histórica profunda e uma grande projeção, como vão demonstrar os acontecimentos posteriores. Não estamos, por tanto, a comparar um grêmio maior com um grêmio menor, se não grêmios distintos em contextos diversos e com dificuldade próprias, vinculados na sua evolução precoce durante o século XVI e com velocidades distintas.

O esquema geral que refletem as reações entre ambos os centros é a de atração de estudantes para Salamanca e a atração de docentes e funcionários formados para Portugal.

TERCEIRO. Partindo do trabalho e contribuições do Centro Alfonso IX da Universidade e de Salamanca, instituição referencia nesta matéria, abordamos uma fase histórica salmantina escassamente trabalhada pela historiografia universitária e, baseando-nos numa ferramenta/variável de estudo (os graus) que por si mesma também não recebeu uma grande atenção no contexto peninsular e latino-americano, com exceções como o trabalho dos especialistas mexicanos e valencianos. De facto, em geral, o estudo da população universitária tem-se vindo a desenvolver desde há muito tempo, estando centrada em coletivos específicos como os colegiais ou docentes.

O conhecimento da época para ambos os centros, além de pouco abundante não era objetivo, posto que se desse uma visão institucional do desenvolvimento destas Universidades (não se tinha analisado a dinâmica emanada das próprias secretarias de estudo: não se tinha feito um trabalho de Arquivo para observar à problemática acerca dos graus). A obtenção ou expedição do grau não se ajustava a um caminho único de requisitos a cumprir, se não que se deve valorar a existência de múltiplos fatores convivendo num mesmo sistema. O que por sua vez deu origem a graves conflitos precisamente por a exclusividade da colação dos graus (a pleitos, por exemplo, em

Salamanca que a Universidade e tem com os colégios enquanto que em Coimbra este facto á ainda mais grave, pois entram mais instituições em confrontação por a colação – leia-se o Mosteiro de Santa Cruz ou o Colégio de Artes-).

Não obstante, em termos historiográfico, o nosso trabalho não pode entender-se sem o labor de todos os esforços anteriores. O labor do Centro de História Universitária Alfonso IX de Salamanca, assim como as suas reações com outros centros e especialistas, como o próprio Arquivo conimbricense, constitui a base do labor que finaliza na presente investigação. Os trabalhos locais que compõem os alicerces do nosso trabalho são, para Salamanca, as realizadas por Javier Alejo Montes, Luis E. Rodríguez San-Pedro e Juan Luis Polo ou Angel Marcos de Dios para portugueses em Salamanca. No caso de Coimbra seguimos os estudos de Fernando Taveira da Fonseca.

QUARTO. O uso de grau, como já referimos, fundamenta-se por ser o elemento seriado mais antigo cujo tratamento quantitativo nos permitem as fontes. Também, como podemos ver, o seu uso aporta-nos muitas mais vantagens. Desde o ponto de vista metodológico e, dado o conhecimento que se tem em quanto à mortalidade académica para este tipo de estudos, os índices de graduação permitem uma reconstrução eficaz do tamanho da população universitária. A isto devemos acrescentar que nos introduz não só na demografia universitária se não também nos movimentos populacionais.

O estudo dos graus trasladou-nos à complexidade que envolve o fenómeno universitário. Sobre o marco de um passado que, à luz das fontes diretas (provas de cursos, atas de graus, livros de claustros, as diversas normas) revela-se dinâmico em contraste com uma visão mais estática ou cerrada que em ocasiões costumam projetar certos trabalhos. A análise dos graus para esta época do século XVI conduz-nos até um período tardo medieval no qual começa a gerar-se a institucionalização do ensino superior materializada nestes grêmios académicos: ao ampliar a documentação empregada, ao incluir fontes diretas até agora analisadas parcialmente na busca de determinadas biografias ou feitos pontuais, perante nós abre-se uma realidade muito mais difusa e complexa do que normalmente pode entender-se. Sim, existem diversas normas que regulavam os requisitos ou o protocolo e o cerimonial para colação dos graus, porém essas normas, como vimos, são interpretáveis pelos protagonistas da vida universitária do momento. As pautas prefixadas adaptam-se, negociam-se, vulneram-se... Compondo um todo ou formando parte de um mesmo sistema - admitido ou em

ocasiões rebatido pelo grêmio universitário-. O estudante sabe que deve cumprir um ciclo de anos de assistência, adquirir certos conhecimentos, passar umas provas, contribuir com umas taxas, etc. A carreira acadêmica de cada sujeito é um mundo que depende de múltiplas circunstâncias apesar de decorrer dentro do marco traçado pelo claustro universitário ou as normas de cada corporação.

Estamos perante uma realidade muito mais rica e complexa da que em princípio caberia esperar ao início da nossa investigação. O graduado que segue estritamente as normas estabelecidas, convive com o graduado que as faz suas, formando parte do mesmo sistema. O que a Universidade e deva suportar ou conviver com a interferência das altas instâncias políticas ou religiosas equivale no nosso caso a que a Coroa ou as hierarquias eclesiásticas intervenham na colação de graus empregando o selo universitário ou intervindo para seu gozo de distintas formas: e inclusivamente mais além, a Universidade e não só compete com colégios ou entidades religiosas por lições ou dimensões formativas, também o faz na colação de graus com diversas figuras. Mas as fontes não fazem referência a um estado mais: junto a bulas, breves, abalais ou outros privilégios diversos observamos a membros da nobreza ou da aristocracia aos que se dota ou capacita para intervir-nos diversos estados da graduação. A liberdade e a autonomia dos grêmios deve ser interpretada com cuidado. Porque vamos dar uma importância excessiva às bulas ou privilégios reais para a graduação? Agora bem, porque haveríamos de ignorá-las, porque não estudar o fenômeno universitário em toda a sua profundidade?

Paradoxalmente devemos entender a flexibilidade do fenômeno universitário dentro de um contexto de época que não o é tanto. A figura da testemunha, funcionários do estudo, as “nações”, ordens e colégios, a intervenção das cúrias... Formam parte da graduação, formam parte da vida do grêmio. Tão importante é ajustar-se às normas e cerimônias da graduação como às reações sociais que envolvem o fenômeno acadêmico. Os nossos grêmios dependem muito mais que agora dos seus próprios protagonistas, e não tanto de sistemas burocraticamente impessoais.

Não obstante, em último termo, deve ter-se em conta que o uso do grau também tem as suas próprias limitações. Como sabemos os sujeitos que podiam aceder a uma graduação (mesmo que mínima) não compunham nem muito menos a maioria da população universitária (apesar de essa maioria, claro está, não ter deixado rasto nas fontes). Em todo o caso é uma “minoría” mais que significativa e graças à qual

podemos afrontar a análise do comportamento e aspetos fundamentais do grémio.

QUINTO. A emissão de graus, a figura do grau, traça uma linha entre os primitivos e reduzidos grêmios estudantis eclesiásticos baixo a autoridade dos cabidos da Sé ou coletivos religiosos vários, e a configuração de instituições de carácter universal orientadas para a formação de profissionais cuja demanda é latente por parte de uma sociedade em profunda transformação. O fenómeno universitário resulta indissociável do fenómeno eclesiástico.

Os primeiros sessenta anos do século XVI que estudamos são determinantes para entender as bases sobre as que se erige o fenómeno universitário clássico. Um cenário produto da evolução de três dinâmicas ou problemáticas:

- O fortalecimento desde a Plena e Baixa Idade Média de primitivos grêmios universitários (pequenos estudos), grande parte destes emanados, muito vinculados ou inspirados na Igreja (desde as suas origens - aspeto que se traslada à realidade posterior da Idade Moderna-, o universitário é um fenómeno eclesiástico). Neste sentido, resulta determinante à vontade por parte de certos grupos de religiosos tanto de dotar-se de formação como de exercer o seu magistério: intervindo para isso na necessidade de proteger-se como grupo frente à realidade circundante, o qual conseguirão mediante a obtenção de privilégios por parte das autoridades superiores (leia-se o seguinte ponto).

- O apoio ou participação na consolidação daqueles grêmios, das altas instâncias ou das cúrias religiosas e reais. Deste modo, os privilégios/benefícios jurídicos e sociais, a atribuição de recursos ou aportação de vantagens sobre o grémio têm como contrapartida o controlo do ensino superior em perspectiva por parte da Igreja e Monarquia. Em outras palavras, o grau de autonomia ou liberdade do grémio para a administração do seu próprio destino situa-se em consonância com a fidelidade da corporação ao *status quo* reinante e dirigido por aquelas.

- A afluência ou concorrência de estudantes. A atração, fixação ou estabilização de população estudantil é um fator determinante para a compreensão do fenómeno universitário do momento. O grau reflexa, por exemplo, a preocupação dos Estudos, que se protegem de cara a possíveis estudos competidores: os grêmios expedem normas para que os estudantes não possam se não cumprir com os passos da

graduação no mesmo centro; igualmente tenta dar prioridade ao “cursus honorum” profissional dentro do grêmio dos próprios universitários (leia-se provisão de classes ou praças de leituras...). Nessa mesma ordem o grau também mostra como as Universidades tentam atrair a estudantes reduzindo os custos das graduações ou facilitando o fluxo de acesso às mesmas.

A atração de estudantes não só tem que ver com a formação (quer dizer com a linha geral) se não também com a possibilidade de gozar dos privilégios que ostentam os agremiados no espaço no qual se inscreve a sua atividade (este fator junto com as dificuldades econômicas no acesso ao grau orientam-se à compreensão da mortalidade acadêmica da qual carecemos de dados completos com taxas de matrículas para esta época em ambas as Universidades).

SEXTO. Em relação ao contexto em que se inscrevem ambos os fenômenos históricos estamos perante a consolidação do ensino superior em dois Reinos com uma conjuntura forte, mas na qual tanto a Universidade e de Salamanca como Coimbra jogam um papel distintos dentro dos mesmos (Salamanca tem muito êxito num reino clave como Castela e assenta uma dinâmica de certa atração dentro do Reino; mas cedo passará a competir com o surgimento de outros centros no espaço peninsular e hispano; enquanto Coimbra é a Universidade e do reino de Portugal e capitaliza uma vinculação direta com os poderes políticos do momento). Em todo caso, ambos os centros situam-se num contexto expansivo: estes reinos cristãos terminaram a sua reconquista territorial até ao sul e quase simultaneamente desenvolveram a sua projeção ultramar com grande êxito. A quantidade de recursos que vêm a absorver requererá novos quadros administrativos, missionários, diplomáticos, letrados, médicos... Criarão, pois, uma nova demanda de pessoas formadas ou tituladas. Caberia então realizar a seguinte valoração: a necessidade de formação repercute no aumento do valor do grêmio que é quem se dedica a ele, até ao ponto de que o seu tamanho e poder possam crescer. Porém o seu êxito, a ampliação do seu número de efetivos, implicam a progressiva extensão tanto de conhecimento como dos privilégios que acarreta a pertença ao grêmio. Este é o grande valor do fenómeno universitário: a convivência baixo a mesma ordem de um conjunto de estudantes de certa extração esta mental com uma maioria de manteistas. O progressivo acesso ao conhecimento, à educação ou à formação em Europa transcende graças às Universidades no marco

prefixado pela imobilidade da primeira Idade Média. Apesar de que tudo isto, claro está, deve valorar-se na sua justa medida, imerso na realidade educativa do mais amplo contexto social, para desterrar definitivamente conceitos como o de “revolução educativa”, que melhor pudesse ser uma “revolução administrativa”.

Igualmente o progresso do ensino superior deve ser contextualizado no próprio marco educativo. Ou seja, o graduado universitário é também aquele que pode gozar de uma educação pré-universitária mais ou menos extensa. Outro fator de diferenciação ou de caracterização da população universitária.

SÉTIMO. Dentro do contexto socioeconômico da época a Universidade e não produz ou não é produtiva: deve destacar-se o equilíbrio entre a produção de excedente por parte fundamentalmente do campo e a atividade gremial que se vê liberada da mesma. Apesar de o universitário ser um fenômeno urbano que modifica a geografia dos seus assentamentos espaciais de forma determinante. Condiciona, por tanto, o crescimento de ambas as cidades e ambos os territórios. Deve entender-se que as Universidades são um motor econômico porque convocam sobre o espaço uma afluência importante de recursos de múltipla procedência.

Assim, a necessidade de quadros burocráticos, missionários, letrados, médicos, etc., por parte da sociedade desborda a capacidade dos grupos dominantes para cobrir estas novas vagas: e nesse espaço é fundamental a atividade do grêmio estudantil. Neste sentido, o fenômeno universitário revela uma lenta, mas gradual rotura das estruturas feudais do período medieval.

OITAVO. O grau é a titulação que se concede a um determinado estudante em troca do cumprimento de uma série de requisitos acadêmicos e econômicos, apesar de que se devem valorar também os sociais e culturais. A posição de um grau equivale à sua acreditação formal por parte da Universidade e de uma série de capacidades necessárias para exercer certo conjunto de práticas ou ocupações. Desta forma, o grau representa um reconhecimento profissional de caráter jurídico, um reconhecimento da formação adquirida e, igualmente, no caso de licenciados e doutores, a pertença ao próprio grêmio. Assim, a graduação representa certa projeção do prestígio da Universidade e, a sua relevância no contexto social e frente a outros grêmios competidores.

A obtenção do grau não era acessível a qualquer pessoa: cumprir com os critérios exigidos por o grêmio universitário praticava uma “seleção” de estudantes. Se bem que não falamos de uma “elite” estudantil ou da população estudantil sem, por outro lado, de um grupo certamente selecionado dentro da população estudantil. Tenhamos em conta que o estudante se devia trasladar, alimentar, alojar, etc., na Universidade e um número determinado de anos. Tudo isto representa um custo considerável para uma pessoa que está longe do fator produtivo direto para a sua própria manutenção dado que está dedicado ao estudo (devendo observar-se as diferenças entre estudantes: manteistas, colegiais... e por extensão das particularidades de cada um deles para pertencer a esses grupos). A isto deveremos somar os custos relativos ao pagamento das taxas de exame ou da prova para o grau determinado, o pagamento a examinadores, funcionários, faculdades, direitos arca da própria Universidade e, padrinhos ou participantes vários... Custos que se multiplicam em função do tipo de grau ao que se aspira. Os custos de um grau de bacharel não são equiparáveis aos gastos para um doutoramento: o qual nos traslada de facto certa hierarquização social através do grau. Condições econômicas às quais temos que somar certas qualidades sociais antes e durante a vida universitária: limpeza de sangue, conduta familiar impecável ou uma conduta honesta durante os anos de estudo na Universidade e.

Em quanto á classe social dos graduados, poucos dados puderam ficar registrados nas atas conservadas. A demanda de profissionais formados amplia as perspectivas da população que não pertence à aristocracia, à nobreza ou redes oligárquicas: mas não a possibilidade de estudar e graduar-se, apesar de poder abrir uma oportunidade para a promoção social (além de que esse dado vamos relacioná-lo com uma sociedade fortemente estamental e com amplias reminiscências medievais).

NONO. Cada grau ou cada tipo de titulação (bacharel, licenciado, doutor) reveste umas características distintos, também em relação às faculdades existentes: Direito Canônico, Direito Civil, Artes, Teologia, Medicina.

- O bacharelato: habilita para exercer uma profissão, mas limita em quanto á pertença ao grêmio ou a prática de magistério na mesma.
- A licenciatura: permite obter a “licencia docendi” e passar a integrar o grêmio.
- O doutoramento: Considerado como a consecução do “cursus honorum” uma vez obtido o grau de licenciado, e sem exigir mais requisitos acadêmicos, a

principal diferença está no elevado fasto e gasto em relação com os anteriores.

DÉCIMO. Se bem que a implantação ou adaptação de modelos universitários de referência como o salmantino em outro espaço representa um debate historiográfico quiçá superado ou restringido, cabe adiantar certa semelhança entre as normas e dinâmicas que se dão em ambos os grêmios, o salmantino e o conimbricense. O protocolo e cerimonial da graduação, os requisitos estipulados para a obtenção do grau, refletem certa semelhança entre os dois. Além de certa correspondência ao longo do tempo desde o nosso período até ao final da Idade Moderna. Em todo caso, como se pode confrontar na nossa investigação, a balança sobre o peso de requisitos parece desequilibrar-se para o lado português.

8.1. RESULTADOS QUANTITATIVOS

Para a análise numérica e estatística dos graduados nas Universidades de Salamanca e Coimbra, tivemos em conta as seguintes variáveis:

- Registro de tendências a partir dos dados obtidos: evolução no número de graduados, evolução na composição do grau por títulos e faculdades, estimação da mortalidade académica, evolução do custo do grau.
- Registro de ciclos médio-curtos, conjunturas ou tendências menores de alta significação para a investigação.
- Comparativa dos dados entre as Universidades de Lisboa/Coimbra e Salamanca: pontos em comum, diferenças, relações ou nexos.
- Comparativa diacrónica dos dados da investigação com respeito a dados similares registrados por outras investigações ou especialistas para períodos anteriores ou posteriores.
- Refutação de teses ou teorias assim como formulação de outras novas possíveis no marco da historiografia das Universidades peninsulares na Idade Moderna.

8.1.1. OS GRAUS EM CIFRAS NA UNIVERSIDADE E DE SALAMANCA

PRIMEIRO. Em quanto à informação que nos trasladam as fontes, para o período 1500-1560, dispomos de suficiente documentação para os anos 31-45 (assinalando-se um período especial de cifras em 38-40), ao passo que a partir do ano 46-7 os vazios documentais são manifestas especialmente para as faculdades jurídicas, aquelas que nutrem em maior medida as aulas. Esta falta de dados atenua nas faculdades de Artes, Teologia ou Medicina (em relação a este tema consultem-se os gráficos sobre disponibilidade documental ao início do capítulo 4).

SEGUNDO. Contabilizamos um total de 5488 graduados para o período investigado e as cifras totais já nos deixam vislumbrar um incremento constante da população universitária do que mais tarde falaremos. Os bacharéis são o grupo de graduados mais numerosos. Os cálculos registram uma linha de Ascenso crescente dos bacharéis a partir de princípios da década de 1530. O corte posterior ao registro dessa linha ascendente, entre 1530 e 1545, é reflexo de uma perda documental. Deste modo podemos ponderar a continuação de um progresso hipotético contínuo ao longo de todo o período estudado (primeiros sessenta anos do XVI) em função do cotejo dos dados de que dispomos com o número de bacharéis das faculdades onde os vazios documentais não são tão pronunciados (leia-se Artes) ou outras graduações.

A maioria dos graduados durante o período para a Universidade e de Salamanca são bacharéis, facto que nos indica que a Universidade e salmantina se encontra fundamentalmente orientada para a formação de pessoal dedicado a postos burocráticos, a diplomacia, letrados ou tarefas de gestão em administrações. Dado corroborado pelos registos em Direito Canónico e Direito Civil: juntos quase o 65% dos bacharéis frente às outras três faculdades. As cifras de incremento e composição da graduação trasladam-nos para a consolidação do desenvolvimento da instituição desde a Idade Média: falam-nos do funcionamento a pleno rendimento de uma Universidade e que desde as suas origens poderia ter estado orientada para a formação em Direito.

TERCEIRO. Se aproximadamente dois terços das graduações do período investigado são de bacharéis, entre estes, o grupo predominante é o de juristas (Direito Canónico e

Direito Civil) e entre ambos prevalecem os canonistas (35,84% dos bacharéis do período). A razão podemos encontrá-la em que a titulação de Direito canônico habilita ao seu possuidor na própria esfera da administração eclesiástica e também na civil, a diferença do Direito Civil. Quer dizer, a titulação e a formação em Cânones possuem um espaço de aplicação mais amplo que o Direito Civil. Mas então, porque não eleger majoritariamente Cânones em lugar de Leis? Deve-se ao próprio sistema político-social: isto é, à forte relação entre poder político e poder religioso, ao papel da Igreja na sociedade e a sua relação com o Estado.

Após a preponderância das faculdades jurídicas, Artes situa-se em expedição de títulos de bacharelato e, continuando, as faculdades que menos títulos dispensavam eram Medicina e Teologia. O bacharelato em Artes era um requisito prévio às faculdades de Medicina e Teologia, feito que explique a sua terceira posição. A escassa concessão de graus de bacharelato a médicos e teólogos responde a uma importância menor de ambas as formações dentro da estrutura universitária salmantina, cujos principais recursos (e por tanto prestígio) estariam orientados para as faculdades jurídicas.

QUARTO. Como dizíamos Direito Canônico e Direito Civil constituem a maioria de bacharéis. A relação entre estes costuma sempre ser favorável durante o período a Cânones (veja-se a relação entre eles nos gráficos do capítulo 4). Agora bem, se analisamos as oscilações em curto prazo veremos como entre os cursos acadêmicos 36-7 e 38-9 essa tendência se inverte em favor de Leis. Dos anos acadêmicos 38-9 a 39-40 são alcançados ainda os picos mais altos da graduação em Direito Canônico e, muito importante, temos o bacharel de 66 médicos durante o curso 38-9. ¿Como interpretamos estes dados? Confirma-se, neste episódio, a adequação da proposta comparativa da nossa tese, já que estes dados demonstram o fluxo de estudantes e graduados entre ambos os centros, em concreto (como analisamos mais à frente) traduzem o capítulo do êxodo ou emigração de estudantes lusos procedentes da Universidade e de Coimbra (e dentro desse êxodo a composição do grupo migrante: Direito Civil e Medicina). Estamos, pois, perante os indícios de um movimento que revela um capítulo determinante dentro da história da Universidade e portuguesa, localizada em Coimbra em 1537. Adiantamos que a tradição no fluxo de estudantes entre Portugal e a Universidade e de Salamanca, enlaça com um período de crise, indefinição ou instabilidade na Universidade e de Coimbra.

QUINTO. Estamos perante um predomínio do grau de bacharelato dentro da estrutura da graduação, que terá continuidade durante a Idade Moderna. A medição da estrutura deste grau, a sua função e relação com respeito aos maiores, é determinante para a interpretação do fenómeno universitário. Falamos então de uma Universidade e que tem êxito (porque as cifras relativas ao estudo da graduação evidenciam um crescimento paulatino da população estudantil durante todo o século XVI) e que assenta na capacitação de letrados ou burocratas, em lugar de científicos, médicos, professores...

A mortalidade académica aplicada aos graus académicos supõe que de cada 10 graus, nove cumprem o bacharelato e apenas um se licencia ou doutora: os índices de licenciamento dissolvem-se muito e são quase mínimos para o doutoramento. Deste modo, as cifras falam-nos de uma hierarquização clara, de um pronunciado ciclo estamental na concessão do grau: o bacharelato é mais acessível em função dos requisitos a cumprir e mostra em função do custo-benefício um melhor rendimento; enquanto o licenciamento e doutoramento ficam ligados a um maior desenvolvimento académico (orientado para a dedicação ou desempenho do sujeito no grêmio), económico (os gastos são sensivelmente maiores no caso da obtenção dos graus superiores) e social (a continuação de certo "cursus honorum" no caminho das altas instancias administrativas). Três apontamentos a propósito da interpretação dos dados. Primeiro, o referido tem validade para Direito Canónico, Civil e Medicina, mas as cifras da composição entre graus são mais atenuadas no caso de Artes e de Teologia. No primeiro a maior proporção de professores tem quiçá muito que ver com a problemática sobre a relação dessa titulação com os posteriores estudos de Medicina e Teologia assim como com as incorporações. As incorporações, por certo, introduzem na investigação certa margem de variação, como no caso das duplicações (não correspondência entre número de graus expedidos e número total de estudantes) ou os vazios documentais. Também observamos uma relação mais benéfica dos graus superiores no caso de Teologia, o qual tem que ver com as características desse próprio estudo, quiçá mais orientado à docência.

Em segundo lugar, devemos de ter em conta que ao carecer de uma sistematização de matrículas (e nos falta igualmente dados de períodos para graus ou de faculdades para alguns outros) não podemos tecer proporções exatas acerca da problemática da

mortalidade acadêmica. Observando a grande diferença numérica entre bacharéis e doutores, podemos deduzir que a mortalidade seria ainda mais pronunciada se tivéssemos acesso às cifras de matrículas; mas a que se deveria? Poderiam ser razões do querer ou do poder dos estudantes: alguns teriam a intenção de graduar-se, mas não estariam possibilitados por motivos vários, entre os quais cabe valorar os que sim conhecemos (o não cumprimento dos acadêmicos ou econômicos), sem excluir contingências relativas às suas vivências pessoais; mas deve valorar-se que muitos outros acudiriam á Universidade e sem a intenção de alcançar uma graduação: bem com o objeto de gozar dos privilégios dos agremiados durante um tempo na cidade, bem com o objetivo de adquirir certa formação, mas sem necessidade de adquirir a graduação relativa à mesma - experimentar a assistência a cursos universitários já era um sinal de distinção-.

Em terceiro lugar, o predomínio do bacharel dá-nos conta da boa saúde ou do certo diálogo fluido que existe entre a Universidade e a sociedade, já que o bacharel traduz uma conseqüente possibilidade imediata de ocupação posterior relacionada com os estudos realizados. Enquanto os graus superiores trasladam certa estrutura do privilégio ou a pressão sobre a competência para ocupar cargos ou postos no próprio grêmio do magistério salmanticense.

Enquanto a evolução do bacharel (a fundamental para o seguimento dos cômputos totais de população estudantil nesta investigação) vem a reger-se por flutuações ou por curvas mais acentuadas, no comportamento dos graus superiores, sendo sempre menor, parece mais estável ao estar vinculado à dinâmica expressada. Em tal sentido, o bacharelato não é somente o grau que poderia traduzir o comportamento evolutivo da instituição ao longo da Idade Moderna se não que supõe um índice do nível de inserção ou da relação entre a instituição e a sociedade na que se integra.

SEXTO. Se analisamos as cifras de licenciados, podemos perceber como cerca de 4 de cada 5 licenciados para o período correspondem a graus da faculdade de Direito Canônico ou Direito Civil (214 e 188 respectivamente sobre um total de 521). Isto situa-nos, para além da necessidade ou demanda social e a especialização da própria Universidade e, também na competência do grêmio por cátedras ou leituras mais prestigiosas ou melhor dotadas economicamente.

Como no caso do bacharelato, existe uma relação de proporção entre os juristas que beneficia ao Canônico sobre o Civil. Não obstante, essa relação é mais equilibrada no caso da licenciatura (e incluso acaba sendo nula ou mais ainda, favorável ao Direito Civil nos doutoramentos). Isto tem que ver com que as vantagens de canonistas frente a legistas parecem diluir-se nos graus superiores. Neste contexto, a necessidade ou os fatores que determinam uma demanda ou as vantagens da licenciatura ou doutoramento equilibram-se ao contrário do caso dos bacharelatos, onde o campo de aplicação social do grau parece beneficiar muito mais ao Direito canônico (que como explicamos faculta ao seu possuidor para intervir na área de civil e não o contrário). Deste modo, a especialização relacionada com os graus superiores, que nos revela a composição por faculdades, tende a certo equilíbrio.

7. Quando falamos de graus superiores de doutorado ou magistério estamos noutra nível. Como nos revelam as cifras dos graus de doutor. Se Leis gradua a 27 doutores e Cânones a 22, temos também que Teologia e incluso Artes doutoram a 22 e 21 sujeitos respectivamente. Três dados cabem destacar das cifras da mais alta graduação. Primeira, a relação entre faculdades é muito diferente à que havia no caso dos bacharelatos, o qual nos remete ao acima referido (um comportamento distintos): é um tipo de graduação relacionada com outro perfil social e com outro campo de atuação, o qual faz com que as cifras se equilibrem (falamos de uma minoria de pudentes, de um “cursus honorum” diferente, da pressão sobre as cátedras ou a projeção para a docência, etc., mais que de uma possível saída ao mercado laboral em relação com o grau). Segundo, o pico de doutoramentos que se produz durante o curso 1538-39, coincide com o fluxo de estudantes portugueses que acodem a Salamanca.

OITAVO. Se estabelecermos uma comparação entre os nossos dados e os oferecidos por Javier Alejo Montes, Luis E. Rodríguez-San Pedro e Juan Luis Polo, com o objeto de realizar uma análise integral da Idade Moderna, podemos estabelecer as seguintes conclusões: Situamo-nos sobre a tese de que os incrementos ou estabilização da população estudantil que podem ser abordados mediante o estudo do grau, são um indicador da saúde ou da evolução mais ou menos positiva da instituição: apesar do grau de desenvolvimento institucional tenha que ver também com outro tipo de fatores como se verá também no apartado de resultados quantitativos.

As cifras do primeiro autor para completar com o nosso trabalho os registros do século XVI costumam coincidir em assinalar as dinâmicas que apontamos em função da análise de graduados: paulatino incremento e estabilização da população estudantil da Universidade e de Salamanca ao largo de todo o século XVI, devendo-se fazer especial ênfase em episódios de incremento específico com repercussão no curto e médio prazo como o fluxo de estudantes portugueses sobre os anos 38-9, 39-40 (também cabe valorar um eco posterior na integração destes alunos). Mas desde finais do século XVI - princípios do século XVII vislumbra-se o começo de um ciclo descendente da população estudantil que parece acelerar-se à medida que avança o século XVII, que decairia bruscamente no século XVIII (se relacionamos as investigações de Luis E. Rodríguez-San Pedro e Juan Luis Polo). De facto, as investigações de Luis E. Rodríguez-San Pedro já prevêm a tendência para o retrocesso da população estudantil através dos graus no recorrido que vai de finais do século XVI até a década dos vinte do seguinte centenário. Recordemos o número de graduados de saída, quer dizer, os nossos registros: 5488 graduados para os primeiros sessenta anos do século XVI (ainda contando com as limitações das perdas documentais existentes associadas às dificuldades de tratamento das fontes). E comparemo-los com os registros de Juan Luis Polo: 3712 para 1700-1750 (num período no qual cabe assinalar uma melhor possibilidade para o tratamento das fontes).

Essa análise traslada-nos a imagem de uma Universidade e esplendorosa e com certo prestígio, cujo ciclo mais expansivo fica registrado desde o primeiro terço do século XVI até inícios do século XVII. A partir de então começa o que se vislumbra como certo declive que se significa definitivamente durante o século XVIII.

Em quanto à relação entre graduações maiores e menores, praticamente se mantém estável durante toda a Idade Moderna, com uma relação de 65-35%. E igualmente continua a ser predominante, durante toda a época, a primazia das titulações (e cabe supor estudos) em Direito Canônico.

Estudaram-se as nossas cifras com as dos especialistas mencionados observamos um declive muito pronunciado do Direito Civil, com o qual caberia valorar uma emigração interna em direção ao Direito Canônico que, como já dissemos, continua a ser hegemônico. Em quanto à mortalidade acadêmica os dados também revelam um possível aumento da mesma em função das perdas entre bacharéis e graduados superiores, já que as cifras arrojam um comportamento ainda mais reduzido da

consecução de títulos (do 10-5 ao 2%) até as escalas mais altas de graduação. Por tanto, a etapa de maior afluência centra-se no século XVI enquanto, transcorrido o século XVII, se vai abandonando pouco a pouco. Também podemos retratar o que seria um perfil tipo do graduado na Idade Moderna: a de um bacharel em Cânones que num muito reduzido número de casos acede à licenciatura ou ao doutoramento.

NONO. Com respeito à procedência dos graduados cabe afirmar que a Universidade e de Salamanca exerce durante a primeira metade do século XVI um papel hegemônico não só no Reino de Castela ou no setor norte - ocidental da Península Ibérica, se não que se estende a todo o marco peninsular, com mais limites na costa mediterrânea. Os dados revelam-nos que os portugueses são o principal grupo “estrangeiro” que cursa estudos e de fato uma das principais nações entre o grupo populacional estudantil.

No que toca à estrutura de procedências cabe fazer a seguinte análise. Toledo, Salamanca e Burgos são os principais focos de traslado de população estudantil, mas cabe completar tais dados com os relativamente menores para o norte-sul e este - oeste, quer dizer, após esse triângulo a influência da Universidade e se estenderia até territórios do atual norte de Castela e León (León, Segóvia, Zamora), Galiza, Astúrias e incluso a Rioja (havendo muitos casos também do País Vasco). O mesmo pode dizer-se da chegada de estudantes do sul e este da Comunidade leonesa como Ávila, Palencia ou Cidade Rodrigo e, mais além, de territórios estremehos como Badajoz... e também pode dizer-se o mesmo de oeste a este: se as circunscrições de Lisboa, Viseu e Évora trasladam um bom contingente de população, o mesmo pode dizer-se dos territórios da meseta central (Cuenca, Madrid, Valladolid). Não obstante, a chegada de estudantes é mais pronunciada desde o oeste (desde Portugal) que de este. Até ao sul e este da Península reduz-se a influência da Universidade e do Tormes com o limite nas comunidades atuais de Madrid e Badajoz e igualmente mais além de Toledo por sudeste. Isto traslada-nos para a competitividade em influência das Universidades de outras partes do Reino: Barcelona e Zaragoza nos reinos de Aragão e Catalunha; Valencia em sudeste e Sevilha (um pouco mais tarde) no sul.

Sem duvida, e como trasladamos na nossa investigação, estamos perante um período (sessenta primeiros anos do XVI) no qual se incrementam os centros faculdades ou se consolidam os casos já pré-existentes mas, ainda assim, cabe falar de Salamanca como a Universidade e central da Coroa de Castela segundo os dados sobre procedência tratados através das atas de graduação. Salamanca revela-se como o centro mais

estável, eficiente e prestigioso, atraindo a contingentes consideráveis de população. As suas relações com outros centros favorecem-na até bem transcorrido o século XVI. A partir de então, como revelam as investigações para graus da Universidade e de Valencia, outros centros conseguem competir e inclusive vencer na pugna pela atração e estabilização de população estudantil, especialmente no caso das graduações superiores. Facto que não só tem que ver com os êxitos destes centros se não também com os erros da própria Universidade e salmantina. Assim, o menor custo na consecução de graus da Universidade e de Valencia transforma-se num fator fundamental de emigração de estudantes castelhanos que a preferem em detrimento de Salamanca. Assim como a especialização daquela no campo da Medicina, que como vimos é uma carreira com menor prestígio em Salamanca (de facto, graças às cifras de estudantes portugueses - veja-se o incremento de 1538-40- ou a trajetória em épocas posteriores da faculdade médica).

Se durante todo o século XVI a relação entre centros favorece muito a Salamanca, que de fato não pode entender-se nas suas cifras se não que é através da relação de atração de estudantes portugueses e estudantes portugueses procedentes de Coimbra. Mas, a partir do século XVII, essa relação parece cessar, restando a Salamanca de uma parte fundamental da sua “tradicional” população. Coimbra se consolida na sua trajetória e, como Fernando Taveira da Fonseca estudou, começa um ciclo de incremento e estabilização constante da população estudantil que coloca a esta Universidade e com o passo da Idade Moderna por cima de uma Salamanca em declive e junto às cifras de outras Universidades europeias em ascensão.

8.1.2. O CASO DOS PORTUGUESES NA UNIVERSIDADE E DE SALAMANCA

PRIMEIRO. Os dados da emigração portuguesa à Universidade e de Salamanca devem, pôr-se em relação com a evolução e institucionalização do ensino superior em Portugal e com as relações que durante a construção da mesma se produzem entre Portugal ou outros centros faculdades, concretamente, com a Universidade e de Salamanca.

Desde a Plena e Baixa Idade Media Salamanca é receptoras de estudantes portugueses às suas aulas (no contexto de relações históricas entre territórios), como freqüentemente emigravam também a centros faculdades franceses ou italianos.

Remetemos o leitor ao capítulo 6, onde tratamos as origens da relação entre estudantes portugueses e Universidade e salmantina: ali, a comunidade lusa está representada por sua própria “nação” e, de facto, cabe situar este contingente populacional entre as bases do crescimento da instituição do Tormes. Assim pois, quando abordamos o fluxo português à Universidade e de Salamanca durante os primeiros sessenta anos do século XVI, devemos pô-lo em relação com uma tendência cujas raízes históricas se fixaram bastante tempo atrás. A população estudantil portuguesa está familiarizada com a emigração a outros centros mais além das suas fronteiras e, entre eles de forma muito especial, a Salamanca.

Em segundo lugar, devemos valorar a instável evolução da institucionalização do ensino superior nos centros do seu próprio território. Analisaram-se os esforços que desde cedo se localizam em Lisboa por assentar um Estudo português, vamos perceber que durante o período de gestação medieval que dá passo ao período aqui abordado, os problemas por estabelecer um modelo sólido são evidentes. As sedes universitárias variam entre Lisboa e Coimbra em várias ocasiões. Os atores responsáveis do projeto universitário não são capazes de instaurar um sistema eficiente e fiável, dando-se lugar a contínuos conflitos entre os que figuram na monarquia com um papel muito destacado. A financiarão, a disposição de instalações adequadas ou a qualidade do professorado -por tanto da própria formação-, são fatores negativos muito evidentes na hora de atrair população universitária. Com a chegada do século XVI, a Universidade e de Lisboa não possuía uma interação adequada nem com a sociedade nem com respeito às necessidades do momento. Temos em conta, um Reino que passou as calamidades do quatrocentos (guerras, epidemias ou penúrias como no resto da Europa) em expansão e onde começa a ser evidente a demanda de pessoal qualificado e, assim, o incremento de potenciais estudantes.

Não é de estranhar que a Coroa portuguesa, concretamente João III (e já os seus imediatos antecessores como Manuel I), tivessem valorado a fundo a possibilidade de afrontar a problemática universitária com maior dedicação e profundidade que no passado. Assim pois, quando investigamos e analisamos as relações entre estudantes portugueses e a Universidade e de Salamanca temos de pensar que se trata de uma questão de ida e volta. Do lado de Portugal, estamos perante um centro (o de Lisboa definitivamente a partir de 1537 em Coimbra) em transição e muito preocupado por fixação e estabilização de população estudantil, assim como contratação de

professorado: temos visto os constantes esforços que mostra a legislação universitária de época a respeito. Do lado salmantino, devemos ter em conta a existência de estudantes portugueses nas suas aulas como atores vitais do seu crescimento.

Este contexto revela-se no grau e seu processo de colação: a obtenção do grau em Lisboa/Coimbra é mais difícil e acidentado que em Salamanca, especialmente para os bacharelatos (mais acessível porém eram os graus superiores). Bacharelato que, como já vimos para Salamanca (e também o será no centro português), é o grau majoritário. Na Universidade e portuguesa a legislação sobre os requisitos acadêmicos necessários para a obtenção do grau sofre constantes modificações, os tempos para a graduação são maiores, assim como determinadas provas e exames constituem uma diferença apreciável com respeito à Salamanca. Para ambos os centros, igualmente, a colação do grau está sujeita a uma constante tensão por parte dos distintos atores participantes no fenómeno universitário: ordens, colégios, a monarquia, mas no caso de Salamanca o modelo parece mais sólido e definido. Entre outras coisas porque Salamanca não tem um rival “tão forte na sua própria casa”. A mudança definitivo de Lisboa a Coimbra não teve que ser fácil, a comunidade universitária de Lisboa não aceitou submeter-se a outro sistema e perder as suas atribuições numa nova cidade sem oferecer certa resistência. Temos que somar às tensões da mudança o papel do Mosteiro de Santa Cruz sobre o qual numa primeira fase recai a construção universitária em Coimbra e que chocará muito cedo com a autonomia do próprio grêmio (o apoio real é muito relevante em todo este processo). Até 1539, de facto, Paulo III não concede a homologação do grau a Coimbra em igualdade de condições a como era expedido em Lisboa. Mais tarde será o Colégio de Artes e mais adiante ainda a Universidade e de Évora, quem platéia novos desafios à materialização de um sistema universitário sólido. Neste sentido, a presença e o papel dos colégios e as ordens na estrutura universitária, assunto clave para entender a realidade universitária do momento, oferece contrastes evidentes entre Salamanca e Lisboa/Coimbra.

Poderíamos valorar, por tanto, um grau mais sólido ou mais prestigioso e obtido de uma forma mais pragmática em Salamanca que em Coimbra durante o período de consolidação da Universidade e portuguesa. Porém, como veremos, Coimbra conseguirá estabilizar-se e consolidar os seus graus, e de facto incrementará o número de graduados superiores.

SEGUNDO. Os dados totais que manejamos para graduados portugueses na Universidade e de Salamanca são diferentes se estabelecemos medições a partir das nossas próprias cifras ou se o fazemos a partir das ponderadas com respeito às investigações de outros especialistas, nos referimos principalmente a Veríssimo Serrão (remetemos o leitor ao capítulo 6 onde explicamos as distintas metodologias empregadas para a extração destes dados, segundo as quais se estabelecem distintos registros) e ao destacado especialista na área Angel Marcos de Dios. Apesar de que, ambas as cifras se podem combinar para a realização de uma investigação mais precisa. Situar-nos-íamos entre um 5% e um 11% da população portuguesa graduada sobre os dados totais na Universidade e de Salamanca. Contingente importante no cômputo total e ainda mais relevante se o colocamos com relação à população estudantil portuguesa para a própria Universidade e de Lisboa/Coimbra: as cifras totais de graduados para o período 1500-60 são de 1508 estudantes graduados por Coimbra (e para portugueses em Salamanca contabilizamos 298 e 624 segundo estimativas ponderadas com os estudos de Serrão). Quer dizer, falaríamos de que por volta de uma quarta parte de portugueses que se poderiam ter graduado durante o mesmo tempo na Universidade e de Lisboa-Coimbra fazem-no, por outro lado, em Salamanca (não podemos esquecer os vazios documentais, que neste caso, emanam de ambos os centros). Estes dados trasladam-nos ao abandono da população estudantil que sofre a Universidade e de Lisboa/Coimbra, e a relação dessa saída precisamente para Salamanca, que funciona como centro principal de recepção.

Como já dissemos, com independência dos registros de outros especialistas, contabilizamos um total de 298 casos de graduados portugueses na Universidade e de Salamanca. Entre estes, aproximadamente o 97% são bacharelatos, apenas o 2% licenciados e os doutoramentos não chegariam ao 1%. Além disso, é significativo, a última década do nosso período (década dos cinquenta) registra 51 graus, ou melhor, mais do 17% de atividade: superaria a média de graduações por década, o qual poderia dar-nos um indício da conservação do fluxo de estudantes portugueses em Salamanca.

Utilizaram-se os dados de Veríssimo Serrão ponderados com os nossos, teríamos aproximadamente 624 graus, dos quais 544 bacharéis (87,17%); 74 licenciados (11,85%) e 6 doutorados/professores (0,96%) –consultar o capítulo 6 onde abordamos os diferentes critérios e margens de erro para a identificação de portugueses nas aulas salmantinas segundo diversos autores-.

Deste modo, e ainda contando com os desvios procedentes de tomar um ou outro registro, dispomos de início de dois dados que devem ser valorados. O primeiro é que, os dados da distribuição de graus são similares ou, estão integrados na estrutura de distribuição por graus da Universidade e de Salamanca no seu conjunto (começando pelo peso que têm os bacharelatos no total de graus). O segundo é que, se utilizamos os nossos dados para observar a mortalidade acadêmica estabelecida seguindo o passo por titulações, afirmam-se as teses de Angel Marcos de Dios também para este antecipado período universitário no que toca a uma maior mortalidade acadêmica dos estudantes portugueses aqui com respeito à média da população universitária de Salamanca. Mas esta se atenua até chegar aos dados gerais da salmantina se utilizamos os dados de Serrão. Noutros termos, se a mortalidade acadêmica da Universidade e de Salamanca é alta, os estudantes portugueses que acodem a ela não quebram a norma.

TERCEIRO. O perfil do estudante português na Universidade e de Salamanca corresponderia, por tanto, a um bacharel ou um estudante que completaria a sua formação em Salamanca titulando-se como bacharel. Geralmente como bacharel em Direito Civil, cuja faculdade se situa por cima consecutivamente de Artes, Medicina, Cânones e Teologia.

Se o estudante tipo da população universitária salmantina é um bacharel em Direito Canônico, o português frequenta o bacharelato por sua vez em Direito Civil (se bem, este dado pode ver-se ampliado devido a um episódio concreto de traslado de um grupo de legistas não contentes com as mudanças na recém refundada Universidade e portuguesa). Também, como segunda opção, se nos apresenta Artes, que já sabemos que constituíam estudos preliminares para a passagem a Medicina e Teologia. Este privilégio em Artes poderia por sua vez indicar-nos três possíveis casos. Em primeiro lugar pode ser posta em relação com um sucessivo estudo em Medicina sobre tudo que, como veremos, é uma formação comparativamente mais freqüentada pelos portugueses com respeito ao todo da população universitária salmantina. Por conseguinte, em segundo lugar fala-nos de um regime de permanência estudantil prolongado: quer dizer, coloca-nos em contacto com a solidez ou estabilização do fluxo de estudantes portugueses a Salamanca. E em terceiro caso caberia valorar a problemática de que os portugueses adquirissem um bacharelato precoce (em Artes) para continuar a sua formação/graduação em Portugal ou igualmente dispusessem de

uma titulação universitária mais rápida para exercer qual quer ocupação.

QUARTO. Observaram-se a evolução do fluxo de estudantes portugueses na Universidade e de Salamanca através da sua presença nos graus (sobre tudo segundo as cifras de bacharelatos) podemos concluir o seguinte comportamento (ainda tendo em conta os vazios documentais existentes): até ao ano 36 existe um número de graduações que ainda sendo irregular e não muito amplo parece ir-se incrementando, até que chegamos aos cursos académicos 37-8, 38-9, onde se alcança o pico da etapa em quanto a graduações portuguesas; a partir de então e até ao ano 48 um retrocesso até níveis menores à década dos trinta e desde então outra leve recuperação até finais dos cinqüenta mas nunca para aproximar-se a esse grande incremento dos anos 37-40.

Insistimos, ainda tendo em conta o que as faltas de documentação nos permitem realizar uma observação exata dos ciclos, sem podemos deduzir que para o período da nossa investigação e através da análise dos graus, existe um contingente de população portuguesa estabilizada na Universidade e de Salamanca. Em relação ao comportamento desse fluxo, igualmente se pode interpretar que os portugueses chegam de forma tênue mas constante até que esse contingente se acelera na década dos trinta, alcançando a expansão da sua presença nos anos académicos 37-8, 38-39; descendendo e relaxando-se desde então pouco a pouco a tendência de graduados portugueses, mas registrando uma evidente continuidade nas graduações até 1560.

QUINTO. Retendo-nos numa análise por faculdades, vemos que a curva de graduados portugueses em Salamanca dos anos 36 ao 40 é majoritariamente de legistas. Situamo-nos sobre a crise do centro conimbricense e que poderia ter motivado um traslado massivo para Salamanca. Os estudantes respondem a essa situação de instabilidade que se dá na Universidade e portuguesa e que se revela especialmente acusada nestes anos, emigrando diretamente e elegendo como principal destino Salamanca.

Estaríamos perante uma realidade que, relacionada com os dados das décadas anteriores, indicam-nos a existência de um fluxo de estudantes constante durante o século XVI. Em conjunto e, tendo em conta os vazios documentais, os dados falam-nos de: afluência constante de estudantes portugueses à Universidade e de Salamanca; certo incremento paulatino no número de estudantes que aqui acodem (leve mas

evidente curva ascendente) e consolidação da população portuguesa na Universidade e do Tormes.

Em definitiva, a relação de graduações em Direito Civil, Artes e Medicina, traslada-nos a imagem de uma chegada constante de estudantes portugueses durante toda a primeira metade do século XVI: contingente que enlaça com um processo já perante e incluso afiançará as bases de uma atração muito maior nos períodos posteriores, especialmente durante o período filipino, como demonstra Angel Marcos de Dios. De um contingente de população estabilizado em Salamanca sobre o qual repercute também o processo de crise em Coimbra que surge a finais da década dos trinta e que parece reafirmar a atração de estudantes para Salamanca: com o sucessivo prejuízo para Coimbra, imersa num processo de construção universitária durante a segunda parte do quinhentos.

SEXO. A análise de procedências dos graduados portugueses em Salamanca revela dados também muito interessantes. Em conjunto, observamos um predomínio evidente das circunscrições (dioceses) de Braga, Évora e Lisboa, seguidas de outras como Guarda, Porto, Viseu ou a própria Coimbra. Assim pois, o Renascimento mostra-nos uma influência integral da Universidade e de Salamanca sobre a grande maioria do país luso: o mapa de afluência portuguesa até Salamanca é muito amplo; refletindo esse raio de ação uma conexão direta de Salamanca sobre todo o país vizinho, com independência das distancias ou a presença universitária portuguesa em Lisboa. Mas este plano que nos traslada um predomínio da Universidade e de Salamanca sobre a totalidade de Portugal é mais evidente ao princípio e metade do período que ao final (quer dizer, veja-se as catas realizadas para todo o período 1500-1560, 1538-1539 e 1558-59).

Analisaram-se os dados de procedência ao final da etapa, nos anos 1558-1559, e os comparamos com as catas anteriores, podemos ver como a afluência de portugueses a Salamanca varia desde a totalidade dos territórios desse país até uma concentração da mesma em territórios do Norte, enlaçando com a dinâmica posterior, analisada por Ángel Marcos de Dios.

Podemos sintetizar que, sobre uma tendência que continua desde o período medieval, estes dados de procedência poderiam anunciar uma mudança nos padrões das relações entre o país vizinho e a Universidade e de Salamanca. Vincularam-se o comportamento

das procedências com a fase de transição do ensino superior em Coimbra a partir de 1537, poderíamos deduzir que esse processo poderia estar começando a dar os seus primeiros frutos ao modificar o mapa de atração estudantil sobre o principal foco de atração, a Universidade e de Salamanca. O qual condicionaria que a população estudantil portuguesa do centro e sul do país pudesse dirigir-se até Coimbra, se bem a curto e médio prazo a afluência até Salamanca continua a ser muito evidente, embora varie o seu padrão até ao norte ou centro-norte.

SÉTIMO. Estabeleceram-se uma relação com as investigações de Angel Marcos de Dios, principal experto na matéria, para as épocas imediatamente posteriores, podemos observar uma forte consonância entre as conclusões de ambos os trabalhos. Este autor fala de um incremento muito acentuado da afluência portuguesa até a Universidade e de Salamanca a partir da década dos anos cinqüenta do século XVI (enlaça com as nossas investigações podendo gozar assim de um panorama completo de portugueses na Universidade e de Salamanca durante a Idade Moderna). Este fluxo constante sofre um incremento máximo significativo durante o período filipino e é também estudado durante as suas diferentes fases posteriores nos seguintes centenários, entre as que destaca a diminuição e estabilização dessa população a partir de finais do XVI (com breves subidas durante o XVII, mas com uma tendência claramente à recaída). Desde mediados do século XVII tanto a própria crise da instituição salmantina como a paulatina consolidação da conimbricense poderiam ter incidido na presença portuguesa em Salamanca e, por tanto, na sua graduação. O posterior período de reformas pombalinas que repercute especialmente em Coimbra, poderia representar um episódio sintetizador do afiançamento da tendência até ao retrocesso da atração da Universidade e de Salamanca sobre a população universitária portuguesa.

Porém, as análises das cifras da década de cinqüenta por parte de Angel Marcos de Dios, continuam a ser correspondentes aos resultados das nossas investigações. A manutenção, incremento e estabilização no fluxo de atração de estudantes que pode observar-se na análise dos graus, poderia ser observado através da estrutura por faculdades: vemos o protagonismo da Gramática (como já sabemos estudos pré-faculdades) e o Direito Canônico (principal faculdade da Universidade e de Salamanca).

OITAVO. Relacionaram-se os dados de graduação portuguesa em Salamanca com a própria Universidade e, podemos apreciar a consonância que existe com os resultados de Angel Marcos de Dios. Este contempla para o período imediatamente posterior ao nosso estudo uma afluência muito significativa da presença de portugueses na faculdade médica salmantina. E este poderia ser um capítulo importante do crescimento entre Universidades durante aquela fase histórica.

É certo que os nossos dados no global do período não percorre um incremento muito pronunciado da presença de médicos na graduação, embora sobre os dados do bacharelato sim esteja dentro da onda de emigração nos anos 37-40. Mas em todo caso, também é certo que a percentagem de médicos portugueses graduados em Salamanca quase duplica a percentagem do total de graduados na Universidade e sobre o período (do 9% sobre mais do 17%). Poderia dever-se a que, embora a faculdade médica salmantina não fosse tão prestigiosa ou estava tão bem dotada como o Direito Canônico ou Civil, sim sofreu certa demanda por parte de um contingente de população estudantil apreciável e migrante desde Portugal. Caberia colocar esse fluxo em relação com a quantidade de judeo-conversos ou judeus novos que se poderiam ter trasladado a Salamanca desde Portugal para evitar uma possível perseguição ou que os prejuízos pudessem terminar com a sua formação.

No seguimento destas comparativas do comportamento da população portuguesa graduada em relação com o global, cabe assinalar o predomínio do Direito Civil entre os portugueses, que elegem estes estudos em lugar dos majoritários de Direito Canônico (o qual fala de uma distinção ainda maior quiçá desta formação na Universidade e de Salamanca). Os estudos de Artes também são mais eleitos que a média (já fizemos alusão à possível análise deste assunto em capítulos anteriores) e menos porém Teologia, cuja presença em Salamanca parece ser muito reduzida.

NONO. Em resumo, as cifras oferecem-nos um panorama bastante aproximado da mobilidade da população estudantil portuguesa a Salamanca e de como se comporta. Em quanto aos possíveis fatores de emigração-atração que explicam tal comportamento da demografia universitária, muitos dos quais já foram apontados, remetemos o leitor a uma análise mais profunda dos mesmos no apartado de conclusões qualitativas que terá lugar mais à frente. Em todo caso, devemos sublinhar que a soma das nossas cifras completa, amplia e dá resposta às investigações dos

principais especialistas da historiografia universitária em Salamanca e Coimbra: sobre uma tendência de migração desde Portugal a Salamanca tem lugar esse aumento de traslados entre os anos 37-40 coincidindo com a crise institucional ou o processo de transição ou reconstrução da Universidade e de Coimbra desde Lisboa. Perante um contexto de certa instabilidade institucional que se traslada á formação e à colação de graus no centro português, a resposta que oferecem as cifras investigadas é dupla: primeiro e no curto prazo desses anos uma saída imediata até Salamanca e segundo, mais em médio prazo entre o que fica da primeira metade do século e incluso avançado o mesmo, uma estabilização tanto na chegada como na afluência até Salamanca dos estudantes portugueses.

8.1.3. OS GRAUS EM CIFRAS NA UNIVERSIDADE E DE COIMBRA

PRIMEIRO. O contexto da Universidade e portuguesa está marcado pelos esforços em torno à fixação, estabilização e consolidação do próprio centro, e para isso, de estudantes, graduados e professores no centro.

O primeiro dado que chama a nossa atenção, é o total de graduados para o período abordado pelo nosso estudo. Segundo as nossas investigações, durante os primeiros sessenta anos do século XVI a Universidade e de Lisboa/Coimbra arroja uma cifra de 1505 graduados frente aos 6118 da Universidade e de Salamanca (valorando a falta de documentação para ambos os centros e os índices de duplicação calculados). O índice de bacharéis, principal variável entre as graduações, aproxima-se a multiplicar-se por seis no caso desta última com respeito ao centro português (1000 bacharéis frente a 5488). Tais cifras absolutas já nos dão uma boa imagem do regime de evolução institucional em que se encontram ambos os centros e devem ser interpretados, também, à luz da relação que a população estudantil oferece também entre ambos.

Situamo-nos perante um centro em pleno rendimento e cimentando as bases do seu prestígio não só a nível peninsular se não incluso europeu, frente a outro que luta por consolidar a sua reconstrução e ao que beneficia, mas também prejudica, o crescimento tão potente do estudo salmantino. Entre os elementos a favor cabe situar a imitação do modo salmantino, a importação de docentes ou formas de ensino e dinâmicas positivas por parte de Coimbra até Salamanca. Mas entre os contras figura uma atração muito grande de população de uma a outra, com a conseguinte incidência no processo de crescimento conimbricense.

SEGUNDO. Em quanto à estrutura do grau por faculdades, a de Lisboa-Coimbra, parece ser sensivelmente mais equilibrada que a do centro salmantino. A instituição portuguesa gradua a um 66,31% de bacharéis, ou 22,74% de licenciados e um 10,94% de doutores/professores. Dados que nos levariam a deduzir que pelo menos três estudantes de cada dez acedem aos graus superiores desde o bacharelato, frente a apenas um estudante no caso salmantino. As explicações que entram em jogo então são a relação de custos entre ambos os centros à hora de obter os graus superiores. Em segundo lugar, a tendência até a continuação de estudos em Portugal sempre que obtido uma primeira formação/titulação em Salamanca (ou outros centros), ainda infringindo as pautas da legislação universitária (tema do que teremos mais à frente tempo para referir-nos). Em terceiro término, a paulatina recuperação da Universidade e portuguesa a partir sobre tudo da sua reinstalação em Coimbra. E em quarto término, a diferença de dificuldades que se estabelece no protocolo acadêmico de concisão de títulos entre os graus maiores e menores de Lisboa-Coimbra.

TERCEIRO. Tenhamos como referencia as seguintes cifras das grandes curvas ou tendências que comunicam os dados: a princípios do século (1507-08) até 1517 dispomos de uma média de quase 19 graduados por curso acadêmico. A seguinte tendência que se reflexa de maneira uniforme vai desde o 17 até 1537, ano do traslado a Coimbra, não se chegando aos quatro graduados por ano. Em frente até ao ano acadêmico 1558-59 tem lugar uma subida espetacular que se situa em mais de 56 graus anuais.

As cifras de graduação obtidas pela nossa investigação, considerando as ausências de documentação durante determinados anos, também nos trasladam uma imagem precisa da evolução do crescimento institucional que tem lugar na Universidade e de Lisboa-Coimbra para o século XVI. Podemos concluir que o traslado desde a capital à cidade do Mondego beneficia a construção do sistema universitário português (bastante mais da metade das graduações se produzem a partir de tal data). Até ao ano 1537 as graduações se situam por volta ao 20% do total e, a partir de então, ainda contando com o parênteses que representa a abrupta transferência de população até Salamanca dos anos 37-40 (referindo-se a perca de contingente estudantil), tem lugar uma paulatina recuperação que significa um aumento considerável não só com respeito ao período de Lisboa se não também em geral da própria instituição para o

período (quer dizer: de menos a mais). Os anos 37-48, entre outros motivos pela ausência de documentação, poderiam apontar até uma muito leve recuperação com respeito a esse capítulo de perca de população imediatamente anterior. E, de facto, o curso 1554-55 mostra o máximo valor de graduações de toda a etapa analisada pela nossa investigação com 157 graduações. Em definitivo, as curvas de graduação da Universidade e Lisboa/Coimbra coincidem com os principais episódios da época em relação tanto do crescimento do centro como com respeito a sua relação com Salamanca.

Observaram-se a evolução do Estudo português podemos ver como os padrões regulares de graduação registrados desde princípios do século até 1517 vêm-se a partir do momento seriamente alterados em decréscimo motivados pelo período de instabilidade da instituição (e mais quiçá se cabe do próprio país). Desde essa data até 1537-8 as cifras mostram-nos uma paralisia ou um retrocesso profundo com respeito ao passado (que de entrada poderíamos considerar não muito alto). A partir da data do traslado a Coimbra os índices começam a recuperar-se e aumentar espetacularmente com respeito ao passado, mas, se temos em conta estas recuperações posteriores têm de especificar que as cifras mais baixas desse citado ciclo expansivo dão-se precisamente entre os cursos 1537-38 e 1538-39, enquanto as mais altas se dão até finais da década de cinqüenta. O volume desta curva é composto pelos bacharelatos, núcleo fundamental das graduações, que revelam uma tendência similar a esse cômputo total de graus ao que já nos referimos.

Formaram-se uma imagem geral da época podemos dizer que a Universidade e de Lisboa/Coimbra mostra uma evolução instável e marcada negativamente pelo período 1517-1537. Mais adiante destes anos tem lugar o princípio de uma recuperação que está na base do posterior crescimento do modelo conimbricense durante toda a Idade Moderna. Pelo que toca só ao século XVI, a transição a Coimbra desde Lisboa beneficia a construção do edifício universitário que se consolida definitivamente, como nos revelam as cifras, mas é uma melhora gradual e insuficiente como para competir ainda com a Universidade e de Salamanca. Embora essa evolução positiva não vá cessar desde o século XVI em diante, enquanto no estudo do Tormes começa a registrar uma crise evidente depois das primeiras décadas de século XVII.

QUARTO. Em quanto à composição por faculdades o primeiro que chama a nossa

atenção é o predomínio dos estudos em Artes (41,4%), seguidamente se situam Direito Canônico (26,32%), Direito Civil (17,83%), Medicina (9,54) e Teologia.

A relação dos dados de Artes com os jurídicos oferece-nos dados interessantes: praticamente estão equiparados, embora os estudos jurídicos somem um pouco mais de percentagem de graduação que os artistas. Ao mesmo tempo em que em Salamanca o predomínio dos canonistas resulta evidente, em Lisboa/Coimbra esta faculdade situa-se em segundo lugar bastante longe das cifras de graduados em Artes. Os estudos em Artes representam uma base formativa universitária menor, tanto com respeito à totalidade de outros estudos como sobre todo dentro do protocolo académico até Teologia e Medicina. Assim, condensam a problemática sobre o papel do Mosteiro de Santa Cruz ou posteriormente sobre todo do Colégio de Artes (fundado em 1548), fundamental para entender o precoce crescimento da instituição universitária em Coimbra a partir de 1537 e para entender a dinâmica e dificuldades nesta fase histórica. Como também o é para introduzir-nos na problemática dos Colégios (todos eles fundados durante a primeira metade do quinhentos - contraste-se com a significativa presença e importância destes em Salamanca tempo atrás-) e as ordens religiosas, sobre todo os jesuítas, muito envolvidos na disputa por a educação e o labor missionário no Novo Mundo.

Desta forma, os dados do Direito Civil, como sabemos, devem relacionar-se com os padrões de traslado até Salamanca que foram observados em linhas anteriores.

QUINTO. Pegaram-se nas cifras de Artes, Direito Canônico e Civil dentro da curva de crescimento posterior a 1537, contemplamos como os primeiros são os que por sua vez mais crescem (processo de consolidação do Colégio de Artes em Portugal). Direito Civil e Medicina progressão a um ritmo não tão alto como aqueles primeiros: devendo considerar-se esse incremento mais relaxado com o fluxo de emigração até Salamanca.

Em todo o caso Direito Canônico mostra um crescimento afiançado só comparável ao caso de Artes, de facto, o curso com um maior número de bacharéis é 1555-1556 e, dentro do mesmo, Cânones supera a Artes (41 e 30 graus respectivamente), predominante como sabemos.

As cifras demonstram, primeiro, que o crescimento revelado desde 1537 tem um carácter sólido, porque a principal titulação jurídica aumenta a um ritmo mais alto até

final de época que Artes (embora o Direito Civil o faça bastante menos). Quer dizer, o crescimento da instituição universitária portuguesa está a ser satisfatório, fundamentando-nos num incremento evolutivo das carreiras jurídicas (fundamentalmente Cânones). Em segundo lugar, que Artes registra também um comportamento regularmente positivo, o qual traduz à importante labor do Colégio de Artes na estrutura e revela uma eleição destes estudos de base aqui em Coimbra, ou seja, uma afluência constante de faculdades até aos primeiros níveis da escala superior universitária.

Comparativamente, ambas as Universidades salmantina e portuguesa registram dados relativos a um incremento paulatino de estudantes durante toda a primeira metade do século XVI, se bem que deve considerar-se que a recuperação conimbricense terá na segunda metade do centenário um desafio evidente, não só pela ação dos seus próprios governantes, se não sobre tudo pelo período de adesão filipina (ou seja, a concentração de territórios na mesma autoridade política). Do mesmo modo que supôs um desafio perante o traslado da Universidade e a Coimbra e conseqüente emigração a Salamanca. Deve-se colocar em relevo a fortaleza que o fenômeno universitário português está gerando, já que os especialistas na matéria apontam para uma evolução positiva gradual da população, que sendo mais tardia em outros casos também se prolonga mais até mais tarde no tempo durante a Idade Moderna (embora a importância de ambos os centros para os seus respectivos reinos e a concorrência interterritorial não será a mesma).

SEXO. Outro dado significativo que revela os dados é que Coimbra outorga mais graus superiores que Salamanca, tanto em termos relativos como absolutos, sendo muito representativas as cifras do período 48-58, ou seja, ao final da etapa (embora nos totais Salamanca licencie mais a diferença não é muito ampla – ainda mais: levemos essas cifras aos totais de graduação para a mesma quantidade de tempo, ou seja, os graduados de ambos os centros para todo o período estudado em relação aos licenciamentos-). Essas cifras, à primeira vista, conduzem-nos até percentagem de menor mortalidade acadêmica que em Salamanca se empregamos como ferramenta o índice de passo entre graduações. Não obstante, por outro lado, deve-se ter em conta as diferenças nos requisitos entre graduações que poderiam ter orientado até uma maior facilidade da graduação superior e, ao contrário por contra, no caso dos bacharelatos se

comparamos ambas as Universidades. As continuas variações na norma, formas e autoridades de exame, duração de estudos, protocolos conjuntos, antiguidades, etc., situam o acesso ao bacharelato, verdadeiro campo de batalha universitária (pois é o grau mais comum) num plano de maior facilidade favorável ao caso de Salamanca. Enquanto, para os graus superiores, em Portugal (mas também em Espanha) entre os critérios de colação prima o problema econômico. A uma estrutura mais estável para a colação do grau superior, tanto num centro como no outro (enquanto em Coimbra o acesso ao grau do bacharelato parece mais difícil sobre tudo durante a fase de transição descrita entre o 37 e o 40), há que somar o fenómeno das incorporações. Como tratou esta investigação e tenta demonstrar através das fontes, existe uma tendência importante reafirmada pelo reinado de João III (grande reformador da Universidade e) à importação de pessoal docente formado sob o grêmio salmantino: existe desde Coimbra uma demanda de professores que são importados, muitos deles desde Salamanca. Esta tendência situa-se em relação com uns bacharéis que anos mais tarde encontram em Portugal aceso mais econômico aos graus superiores. Por último, este maior equilíbrio entre os graus superiores advém da própria consolidação do estudo português, que estabeleceria melhores condições para o seguimento de um “cursus honorum” completo no próprio Estudo.

A mortalidade académica é mais estreita ainda no passo da licenciatura ao doutoramento. Quiçá determinado não só por as possibilidades de integração gremial o estamental em o próprio Portugal o por o menor custo do grau mais alto.

SÉTIMO. Como vimos, a mortalidade académica neste trabalho deve ser medida pelo salto entre titulações, pela carência também de matrículas seriadas para o caso de Lisboa/Coimbra nesta etapa. Mas, embora a mortalidade académica seja mais atenuada que no caso de Salamanca, vamos introduzir um novo fator explicativo (além da solides progressiva do edifício institucional, incorporações, custo das graduações superiores): o contexto de competência que progressivamente à medida que avança o centenário vem a sofrer em maior medida a Universidade e de Salamanca frente à portuguesa. Está constatado que para as graduações, especialmente superiores, Salamanca sofrerá a dura concorrência de centros menores –como podemos verificar com o exemplo da Universidade e de Valencia, onde o custo dos graus é sensivelmente menor. Fato que deve ser relacionado com o constante problema pelo encarecimento

dos graus (superiores) na Universidade e de Salamanca. Em tal sentido, Coimbra, ainda contando com a fundação de Évora durante o XVI, não vai encontrar uma concorrência tão séria no seu próprio Reino. Poderíamos considerar, segundo os dados expostos, a Coimbra como uma Universidade e menor frente à Salamanca.

OITAVO. O comportamento por graus mostra-nos que Lisboa/Coimbra outorga um maior número de graus de licenciado que Salamanca, com um incremento especialmente evidente a partir de finais da década dos quarenta e que quase a metade das graduações no cômputo total se realizam em Artes. Também os médicos se licenciam mais no estudo português que no Salmantino (apesar de que como vimos existe um casual deslocamento desde Portugal às aulas salmantinas - entre as quais Medicina, desde logo, não figura como a titulação mais prestigiosa-).

Também em Coimbra se dão mais doutoramentos que em Salamanca. Não obstante, a estrutura do grau de doutor ou professor nesta última é mais equilibrada que em Portugal, onde da mesma forma que o que passa com as licenciaturas, Artes tem um protagonismo muito grande. Voltemos por tanto ao fator do privilégio destes estudos vinculados ao êxito do Colégio de Artes dentro do fenómeno universitário português.

Os doutoramentos em Medicina também são superiores ao caso salmantino, e ligados às relações de bacharelatos dentro de fase de crescimento que aprofunda as suas raízes na década de trinta leva-nos até ao problema das incorporações e atração de bachareles em busca de um grau mais acessível. Ou seja, o crescimento do bacharelato parece em princípio insuficiente para impulsar o índice de graduações superiores conseqüentes.

8.2. CONCLUSÕES DE CARÁCTER QUALITATIVO

Para desenvolver esta secção, estabelecemos um triplo marco de análise:

- Comportamento ou dinâmicas práticas da população estudantil a propósito do grau: o papel dos actores protagonistas na colação de grau.

- Desenvolvimento institucional: evolução dos modelos universitários
- Diálogo entre a Universidade e a sociedade: contribuição ao conhecimento sobre a historia social da Idade Moderna através da presente investigação.

8.2.1 AS GRADUAÇÕES NA SALAMANCA DO RENASCIMENTO

PRIMEIRO. Em primeiro lugar devemos definir o significado e valor que reveste a posse de um grau acadêmico e portanto também sua concessão. O grau é um documento, reconhecido formal e juridicamente pelas principais autoridades governantes, que acredita uma determinada formação, mas sua concessão implica um conjunto de direitos e privilégios. Em relação ao seu valor, deve ser considerado em virtude do contexto social e temporal dentro do qual se exerce a valência do mesmo.

O grau supõe, em primeiro lugar, formação. E se a educação condensa em si mesma um privilégio e uma grande oportunidade em um contexto majoritariamente iletrado, o que dizer em um nível superior como é o do ensino universitário? Possuir as ferramentas da formação ou o seu reconhecimento em uma sociedade estratificada, representa um grande valor para quem deles dispõe, porque a diferença resulta vital e as possibilidades de promoção se reduzem a poucos.

Em segundo lugar, o grau é um título reconhecido pelo Estado, pela Coroa e pela Igreja Católica (estas dinâmicas são fundamentais para entender as origens dos centros universitários). Deste modo, em uma só acreditarão se combina a concessão de ambos, com tudo o que isto implica. A *“licentia ubique docendi”* reconhece uma capacidade supra territorial no exercício da docência. O que dizer, no caso da Medicina, por exemplo, ou na capacidade de exercer como letrado em vários territórios... deve-se entender que nem todos os grêmios concediam essa possibilidade para o exercício de suas atividades.

Em terceiro lugar o grau acredita a pertença a um grêmio, mas não a qualquer se não ao grupo do magistério do saber. A pertença aos grêmios tem um grande valor, pois regula o exercício das atividade/ofícios cujo monopólio ostentam, protege o agremiado mais além da corporação e resume um conjunto de vantagens determinadas (impostos e taxas, acesso a recursos, isenção de certas obrigações, participação em outras...). No caso da pertença ao grêmio universitário, deve entender-se as propriedades que a Universidade e transfere ao sujeito: personalidade jurídica própria, de privilégios e benefícios no espaço de convivência em que se integra (respeito à cidade) e também de certa autonomia para administrar os desígnios do seu ofício.

A possibilidade de que qualquer sujeito pudesse ajudar e adquirir certa formação na Universidade e não equivale à sua graduação (apenas se reduz ao âmbito da matrícula).

Nem toda população universitária teria o interesse ou a possibilidade de aceder a um grau, porque se a vida universitária já continha em si mesma o desembolso de uma série de admissões e certa disponibilidade temporal, ademais disso, o grau (que teria outro custo aos mais velhos), representava maior salário e igualmente maior disponibilidade de tempo de acordo com os critérios académicos estabelecidos (independente do valor específico do grau). Por conseguinte, cabe deduzir que a capacidade do grémio para graduar e, com isso, ser retribuído em consonância com o valor anteriormente reconhecido, comportava a existência de um conjunto de interessantes relações entre os membros da comunidade. Em outros termos, se a graduação representava certo valor, o grémio dispunha-se a cobrar este valor. O cumprimento dos requisitos necessários para o acesso ao grau obrigava a que o estudante transferisse, para sua manutenção e estudos, uma série de pagamentos à instituição.

O processo de colação de grau, em conexão com a dinâmica da população universitária, nos conduz até a problemática da mortalidade académica, da que mais tarde iremos referir. Assumindo este dado, podemos afirmar que os graduados constituem um grupo seleccionado dentro da população universitária. Ao estudar o comportamento deste sector, específico, mas muito representativo, podemos chegar à diversidade de temas e problemáticas relativas à Universidade e. Não esquecemos que são o único grupo que temos conservado um registo documental sistemático da vida universitária deste período.

SEGUNDO. Vejamos agora, a composição do grau em si mesmo: que tipos de grau existem e que relação tem. Como se sabe, ambas as Universidades expediam três tipos de grau:

- O grau de bacharel representava o primeiro escalão através do qual se podia aceder aos seguintes graus, os maiores. Desde o ponto de vista operativo, estava orientado fundamentalmente para o reconhecimento de certa capacitação profissional para o desenvolvimento de determinadas ocupações. A relação do custo/benefício desta graduação fazia do bacharelato a titulação mais atractiva, tanto por seu custo como por

seu raio de ação. O bacharel podia exercer imediatamente em virtude da formação adquirida (inclusive na própria Universidade e, mesmo que se requeresse aumentar a sua graduação a médio-longo prazo) e ademais adquiria a possibilidade de continuar sua ascensão na escala de graus.

- O grau de licenciado, seguinte no escalão, outorgava o ingresso no grêmio e a "*licentia docendi*" (não permitida ao bacharelato). Os custos e os requisitos se vêem aumentados (mas também os privilégios que o ingresso na corporação transfere), enquanto paradoxalmente, a licenciatura quase se dirige exclusivamente para a atividade dentro do próprio grêmio. Assim, como vimos em capítulos anteriores, à evolução dos graus pode nos conduzir à evolução da essência do edifício universitário: com a "*licentia docendi*" (na origem medieval dos graus) a jurisdição profissional vê-se evidentemente relacionada com a capacidade para estender o magistério do grêmio, enquanto à medida que entramos na Idade Moderna, o bacharelato incrementa seu interesse em consonância com o maior valor da formação para o exercício profissional. Da Idade Médica à Moderna, a Universidade e gradua cada vez mais bacharéis em relação aos graus maiores, isto é, o centro de gravidade se traslada do interesse pela geração de docentes ou mestres do conhecimento do grêmio para a formação de profissionais (isto é bacharéis: letrados, burocratas...). Podemos concluir que a preeminência do bacharelato no índice de graduações indica que foi produzida uma consolidação do fenômeno universitário de uma época à outra: o grêmio medieval reduzido ao âmbito *catedralicio* e um conjunto de saberes transformou-se em uma Universidade e que capacita profissionais para além de, como antes, oficiais para a extensão do magistério do grêmio. Mais ainda, se combinarmos a progressão do bacharelato com as faculdades que mais graduam, nos transportamos para a relação entre Universidade e sociedade, porque existe uma conexão evidente entre profissionais e demanda dos mesmos, que motiva a escolha de certos estudos. Ambos os centros são juristas, se bem que os estudos em Arte também supõem um grande contingente de graus em Coimbra.

A comparação dos dados absolutos e relativos dos graus de bacharel e licenciado entre ambas as Universidades revela o grau de evolução institucional de ambas as modelos universitários. Resumindo, o bacharelato é o grau mais relevante de cara a medir o estado das Universidades e seu diálogo directo com a sociedade, enquanto os graus maiores mostram uma tendência contrária durante o Século XVI: há maior número relativo de graus, menos importância do centro universitário. E neste contexto vemos a

contraposição de Salamanca que, durante o Século XVI se afiança como uma das maiores Universidades peninsulares, enquanto Coimbra mostra traços característicos de um centro territorial menor.

- O grau de Doutor outorga um último reconhecimento ao graduado, é uma extensão cerimonial, do protocolo (e, portanto, dos meios que não de custear) em relação ao grau anterior: uma vez obtida a "*licentia docendi*" no que se requerem mais requisitos acadêmicos. Do mesmo modo que a licenciatura, o grau de Doutor vê-se orientado fundamentalmente para o exercício da docência, isto é, para o exercício do próprio grêmio. A obtenção do grau de Doutor é muito mais custosa que o grau de bacharel ou de licenciado. Multiplica a despesa por parte do aspirante, como pudemos ver no capítulo 4 da presente investigação.

Os dados que observamos entre os registros do bacharelato, licenciatura e doutoramento, devem ser considerados em função das dificuldades assinaladas para a ascensão no escalão descrito. O incremento dos requisitos do graduado (acadêmicos, econômicos, sociais e culturais - leia-se o capítulo 4) na medida em que se ascende na graduação repercute no contingente de títulos que veríamos tanto para Salamanca como para Lisboa/Coimbra.

TERCEIRO. Neste período resulta difícil uma medição exata da mortalidade acadêmica para ambos os centros, pois apesar de dispormos da documentação de graus mais antiga conservada, esta fonte chega-nos fragmentada e a falta de registros de matrículas impedem-nos de conhecer o número de estudantes que se inscreviam nas suas aulas. É a partir da passagem pelas diversas titulações como pode medir-se esta problemática: as teses dos principais especialistas na matéria para a Idade Moderna, enquanto a uma elevada mortalidade acadêmica para a Universidade de Salamanca, é consonante com os registros de graus da nossa investigação. Podemos deduzir que se as cifras de graus para a Universidade e de Salamanca (e também para Lisboa/Coimbra) trasladam um comportamento de contínuo ascenso/incremento regular do grupo de graduados, especialmente de bacharéis, durante os primeiros sessenta anos do século XVI -e este grupo corresponde a uma seleção entre outro presumivelmente maior que convive dentro da Universidade: os estudantes-, podemos concluir um incremento mais ou menos relevante e a conseqüente estabilização com tendência in crescendo da população estudantil tanto salmantina como conimbricense durante os primeiros sessenta anos do século XVI. Podemos deduzir também que a

maior consolidação da afluência de população estudantil ao centro, maior grau de crescimento institucional, assim como de uma demanda continuada por parte da sociedade para a Universidade. Tendência compartilhada pela Universidade de Lisboa/Coimbra (curva ascendente ou regularmente mantida), apesar de serem centros com características diversas e com um número divergente de população universitária nas suas aulas.

Enquanto à relação entre Universidade e sociedade em função do incremento dessa demanda de profissionais, cabe valorar as cifras de graduação de juristas, nomeadamente de especialistas em Direito canônico.

Se nos limitamos a observar os gráficos de bacharéis para a Universidade de Salamanca, poderia dar-nos a equívoca impressão de uma redução desse incremento a partir da década dos quarenta. Existem uma serie de explicações a esse comportamento de retrocesso dentro de uma curva ascendente, motivada em primeira instancia pela falta documental especialmente para as faculdades jurídicas nesta década (leia-se a problemática sobre a ausência de documentação no capítulo 4). Também, os picos de graduação da Universidade desde os cursos 37-8 a os 41-42 correspondem-se com uma afluência significativa de estudantes desde a Universidade de Lisboa/Coimbra). Ou seja estes anos supõem por sua vez uma exceção (positiva) dentro de um incremento contínuo que inicia desde princípios de século XVI. Em segundo lugar, se realizamos uma cata desde finais da década dos anos quarenta, contemplamos como nos cursos 44-45 e logo 54-55, a graduação anual de bacharéis está por cima da média anual de bacharelatos para todo o XVI.

Em definitiva, o comportamento das cifras de graduação, traslada-nos à evolução de um grau de bacharelato que se mantém/aumenta nos seu níveis de valor e prestígio. E cabe dizer o mesmo em relação à Universidade de Lisboa-Coimbra. Agora bem, para o caso dos graus superiores, enquanto no caso salmantino têm uma tendência a manter os seus índices, temos que ressaltar o constante incremento conimbricense, superando incluso em número aos graduados superiores por Salamanca, e oferecendo características de uma volumosa margem de licenciados e doutores, característica das cada vez mais freqüentes Universidades menores. Porém, temos de matizar estes dados. Não cabe dúvida da projeção da Universidade salmantina como um dos centros superiores peninsulares, atraindo de facto aos próprios portugueses que freqüentam as suas aulas em detrimento de Coimbra. Não obstante, Coimbra funciona como uma Universidade (não tanto menor) mais modesta, com um número menos elevado de

estudantes, mas cujos graduados oferecem dados de uma menor mortalidade acadêmica, apesar das constantes incorporações ao centro e do difícil período de consolidação experimentado durante os anos imediatamente posteriores a 1537.

QUARTO. Interpretamos evoluções globais, a composição da população universitária em função da graduação e a problemática da mortalidade acadêmica. Acerquemo-nos agora às causas da mobilidade da população estudantil, especialmente nutrida entre Salamanca e Coimbra. Os dados, tanto do período renascentista aqui tratado como os relativos ao conjunto da Idade Moderna falam-nos de um diálogo fluido entre ambos os centros. Mas não só assistimos a um intercambio de estudantes, graduados ou professores, se não que podemos observar como reciprocamente ambos desempenham um papel importante no crescimento próprio de cada centro.

Observando os graus de bacharelato, principal variável da graduação, podemos comprovar como entre os anos 1537 e 1540 se produz um incremento ativo no ciclo expansivo da graduação em Salamanca. Ditas cotas coincidem com os valores máximos de graduação de portugueses na Universidade de Salamanca e, por sua vez, em conexão com os anos de retrocesso dentro da curva de incremento da população estudantil na Universidade de Coimbra. Último aspeto que tem que ver com o período de incerteza institucional do traslado a Coimbra e a reformulação da instituição em 1537 (e que motivam uma resposta por parte da população estudantil: a emigração até Salamanca). A dinâmica refletida pelos portugueses que se trasladam até Salamanca durante esses anos resulta evidente tendo em conta as cifras: aumentam o bacharelato em Direito Civil – que se equilibra com respeito ao Direito Canônico em Salamanca, hegemônico em Salamanca- e em Medicina.

Este episódio que ressalta a mobilidade estudantil da população entre ambos os centros indica: primeiro, que a solidez e prestígio do grau é um motor de mobilidade estudantil entre centros em general e segundo, que a partir do mesmo nos vemos obrigados a estudar as relações entre os dois centros estudados, tanto ao largo de todo o século XVI como em épocas anteriores e posteriores.

O nosso sexto capítulo recolhe as raízes e crescimento das relações entre a Universidade de Salamanca e o contingente de portugueses que freqüentaram as suas aulas, trasladando-nos também à compreensão da dinâmica do ensino superior português. Caberia contextualizar as cifras do primeiro terço do século XVI, sobre a atração salmantina de portugueses (veja-se o Cartulário – fase Lisboa- o os trabalhos de

autores como Veríssimo Serrão o Armando de Jesus Vasques), somando a demanda de letrados o docentes que podemos ver por parte de Portugal (veja-se em tal sentido a ação reformadora desde Manuel I até João III – com repercussão na fase Coimbra-).

Se o período de cotas máximas de portugueses em Salamanca (1537-40) nos leva até a análise do período anterior também nos traslada à análise do período posterior, a uma interpretação do século XVI no seu conjunto e incluso da totalidade do período moderno. Tomemos as cifras de graduação portuguesa e a composição da mesma desde a década de 1540 e observemos como a tendência até ao intercâmbio de população pode ver-se transcrita através dos índices/composição da graduação portuguesa em Salamanca. Este intercambio de população durante toda a Idade Moderna pode ver-se contrastado em as investigações do principal referente na matéria, Ángel Marcos de Dios.

Os dados do século XVI mostra que existe um fluxo continuo, mais o menos estável, de população portuguesa até Salamanca. Os portugueses não só estão interessados em formar-se na Universidade se não que têm também interesse por obter um grau académico , especialmente o de bacharelato. Também denotas-mos um intercâmbio no lugar de estudo, estudantes que experimentam realizar cursos em ambos os centros.

Por tanto, os graus e a mobilidade estudantil associada a esta variável, podem conferir-nos a possibilidade de observar os movimentos de população estudantil e, também, de entender o crescimento histórico de cada um dos centros.

QUINTO. Recordemos que, segundo os graus de bacharelato expedidos, a salmantina é uma Universidade de juristas na qual tanto a Medicina como a Teologia possuem uma importância menor. Por outro lado, as cifras de artistas devem pôr-se em relação tanto com estas últimas como com uma fase mais inicial dos estúdios universitários.

Em quanto à expedição de graus superiores, tanto o seu peso relativo nas cifras como o fato de que a sua composição seja mais equilibrada que os bacharelato, é um indicador de que o custo dos graus superiores não se reduz e que as possibilidades sociais de aceso continuam a ser limitadas. Poderíamos deduzir, por tanto, que o incremento das cifras de graduados poderia levar associado certo incremento dos custos da graduação.

SEXTO. A Universidade de Salamanca é um dos centros de estudo mais antigos e representativos da época na Península, um centro plenamente consolidado a princípios de século XVI. A Universidade e portuguesa, em câmbio, sofre um processo de

preparação mais problemático e descontínuo desde a Idade Média, que se traslada à dinâmica do grau. O estudo português traslada-se por três vezes desde Lisboa a Coimbra até a instalação final nesta última em 1537. Antes do século XVI existe uma relação favorável a Salamanca com respeito a Portugal no traslado de população universitária. João III (e incluso os seus imediatos antecessores) valoram a estrutura deficitária do ensino superior do Reino, radicada em Lisboa, e decide empreender uma obra reformadora muito ampla desde 1537. Porém, a compilação normativa de 1544 parece ter-se extraviado e conservamos uma abundante documentação normativa a partir de 1537, que se caracteriza por ser fragmentária e, em muitos casos confusa, já que podemos apreciar como a norma se varia em função da dinâmica do próprio centro, modificando, derogando o reiterando diversas normas sobre diversos aspetos. Os dados qualitativos de que dispomos, em quanto ao crescimento institucional de ambos os centros, desde o período medieval, trasladam-nos a um cenário inicial de gestação na formação dos centros assim como a existência de um conjunto de problemáticas que vêm a prorrogar-se no tempo sobre tudo em quanto ao problema do prestígio ou valor que possui o grau, e em função dele a fixação e consolidação de população universitária.

Tanto a Universidade de Coimbra como Salamanca arrastam desde períodos medievais, e trasladaram a períodos posteriores, uma série de problemas específicos em torno à colação de graus que nos ilustram a dinâmica das próprias instituições. Mas, quais são essas problemáticas ou as expressões das que falamos? (leiam-se desenvolvidas em capítulo 4)

- A validade universal dos graus parece consolidada desde a concessão de Alejandro IV.
- A competição com a Universidade, de colégios e ordens em quanto à colação de graus.
- As disputas em torno da relevância da antiguidade no processo de colação de graus.
- O crescimento de canais para a incorporação de graduados.
- A definição de tempos de estudo e as interpretações legais de ditos tempos e requisitos (fundamentalmente reduções o dispensas nos tempos de graduação).
- A fixação do “cursus honorum “ que envolve o grau: continuação dos estudos nas suas distintas fases evitando o traslado até outros centros.
- O processo de conformação de protocolos e cerimônias

- A consolidação das autoridades ou agentes que expedem o grau: a figura do Mestrescola.
- O problema do exercício da docência com/sem a posse do grau fixado ou requerido.
- A concorrência à oposição sobre vacaturas por parte dos graduados.
- A problemática em torno aos onerosos gastos que representam os graus superiores (mínimos e máximos de gasto)
- A existência de créditos para a obtenção do grau desde o grêmio a os aspirantes ao grau.
- O estabelecimento de um protocolo de provas para a graduação: apresentação, requisitos, publicação, assentar datas e pontos, taxas, celebrações...

A dinâmica em torno a isto problemas parece estar mais resolvida e definida no caso da Universidade de Salamanca e isto repercute na validade ou força do grau salmantino, uma das causas fundamentais sobre a atração ou fixação e estabilização da demografia universitária

Porém, a colação do grau traslada-nos também à flexibilidade do fenómeno universitário ainda numa fase precoce de crescimento. O aspirante ao grau na Universidade de Salamanca (se o comparamos com o português) tem estabelecido como, quando e onde se gradua e o que é necessário para isso. Também entende qual é o valor do grau num ou noutro centro. Igualmente tem determinado os canais de interpretação de todas essas regras, regras que por outro lado possuem certa flexibilidade. Ou seja, conhece tanto os requisitos fundamentais ditados por a norma para sua graduação como as alternativas interpretativas que existem para cumpri-los. Enquanto no caso do estudante da Universidade de Lisboa/Coimbra este caminho ainda está em vias de definição.

SÉTIMO. Através da análise dos graus, podemos analisar o equilíbrio de poder entre atores dentro do grêmio universitário, mais definido e consolidado no caso da Universidade de Salamanca que no caso da Universidade de Lisboa. Em Salamanca a figura do Mestrescola, instituição medieval e que resume o predomínio eclesiástico da instituição, é a máxima autoridade na colação de graus e também o juiz supremo do estudo. Como pode inferir-se da análise dos atores participantes na colação do grau (vejam-se os capítulos 5 para Salamanca e 7 para Coimbra), cada um deles tem a sua

função e atribuições. Reitor, padrinhos, doutores participantes ou assistentes do grêmio, secretário, notário, bedéis... têm muito definida sua área de atuação.

Pelo contrário, no caso português, tanto nos anos prévios ao traslado definitivo até Coimbra como, sobre tudo, a partir de 1537, existe uma grande falta de definição em quanto ao protagonismo de cada ator no processo de colação de graus académicos. A população estudantil que se traslada desde Lisboa ou a nascida ao calor das novas reformas, o monarca João III, o Mosteiro de Santa Cruz, o Colégio de Artes, a própria Igreja... pugnam por se fazerem com o seu espaço dentro de uma instituição ainda sumida na incerteza, o qual repercute na colação de graus. Durante um curto período variam os tempos, os exames, as autoridades responsáveis, os espaços, etc., que se traslada ao grau de Coimbra que não resume a potencia ou o respaldo unificado da instituição. De facto, podemos ir mais além à nossas tese e apontar precisamente o grau como um dos elementos fundamentais na definição do sistema universitário, elemento pelo qual pugnam os diversos interesses, e à volta do qual gira uma boa parte do crescimento da instituição. Ao final da década de 1540, as pistas que nos oferecem a documentação indica-nos que se trata de graus sobre os que existem dúvidas sobre sua validade.

A figura do rei, no caso de Coimbra, possui umas quotas de intervenção muito significativas sobre o grêmio cuja obra se reconstrui em Coimbra (veja-se o capítulo VII). Conservadores reais, reitor e prior de Santa Cruz competem em atribuições que se trasladam de um ao outro, como pode ver-se materializado precisamente na colação dos graus.

Estas tensões por a colação, tanto em Salamanca como em Coimbra, estendem-se até as instituições vinculadas a aos centros universitários: os colégios. Mais antigos em Salamanca, mas em plena expansão em ambas as cidades durante o XVI, também reclamam o Direito à colação do grau. Incluso enfrentam-se em largos processos judiciais ou de maneira direta geram-se conflitos entre os centros, como o episódio conimbricense dos artistas que provoca controvérsias e reprovações durante o bacharelato.

Outro problema fundamental ao que nos traslada a análise dos graus é o da autonomia da corporação. Existem marcadas diferenças na intervenção régia no caso de Salamanca e em Coimbra, donde o rei legisla em ocasiões de forma unilateral e mantém um contacto direto e participativo na evolução da Universidade. Nem os catedráticos-doutores, nem o claustro universitário ou outros membros da comunidade

acadêmica, gozam da mesma liberdade para a gestão dos assuntos que no caso salmantino, a administração dos problemas da corporação e a resistência até as normas ditadas desde fora, são muito superiores. De facto, não são estranhas as denúncias por parte da instituição, acerca da concessão de graus ou favores fora das suas fronteiras por parte das autoridades.

As Universidades geram normativas que dissuadem aos estudantes da obtenção de graus fora das suas próprias aulas. Tanto Coimbra como Salamanca tentam conter os seus graduados e, especialmente Coimbra, tratará de retê-los frente à migração que muitos dos seus estudantes mantêm até Salamanca. Porém, a obtenção de graus fora do centro inicial de estudos será uma constante em ambos os centros.

OITAVO. É muito importante, dentro do grêmio salmantino, perceber a importância de isenções, convalidações ou benefícios (bulas ou privilégios de distinta consideração como podem observar-se no capítulo IV), assim como a aceitação e reconhecimento, mais ou menos discutido, deste tipo de práticas dentro do grêmio. Conhecemos os dados e conhecemos as dinâmicas. Apesar de não podermos concluir a incidência real de este tipo de fórmulas no cômputo total da colação do grau, sim é certo que observamos nas atas de graduação uma alta frequência na utilização de estas ferramentas. Procedimentos, por outro lado, reconhecidos como legítimos e normalizados por o próprio grêmio, que voltam a trasladar-nos até a flexibilidade, riqueza e complexidade do fenómeno universitário. A promoção ou a convalidação de cursos ou exames obrigatórios (leia-se o de Gramática por exemplo), resulta muito mais fácil para membros da nobreza ou de certos grupos eclesiásticos (ordens militares, colégios...). A redução de tempos de estudo ou de requisitos compõem um verdadeiro e complexo braço de vias para a obtenção do grau dentro do grêmio universitário salmantino (veja-se capítulo 4).

NOVENA. A consecução do grau de bacharelato transcreve algumas das diferenças (e dificuldades) que podemos encontrar igualmente entre os dois centros universitários. No centro salmantino o mecanismo centra-se ao redor da apuração de testemunhas que aprovem a assistência do sujeito nas aulas durante o tempo estipulado por norma. O ato é individual e as reprovações costumam ser pouco frequentes (adotando em todo caso a forma de penitências que se impõem aos sujeitos, geralmente, dificultando o passo aos seguintes estudos ou graus - leia-se os casos de bacharelato em Artes-).

Porém, no caso conimbricense, para o bacharelato deve realizar um exame, existem também testemunhos sobre a obrigatoriedade de examinar-se de forma conjunta em determinados graus, e a existência de reprovações é bastante maior que no caso salmantino (remitimos ao capítulo 7. para compreender a complexidade e a variabilidade dos requisitos nos graus especialmente conimbricenses).

A figura da testemunha revela um complexo feixe de relações e conexões entre sujeitos, redes e nações, que indica uma significativa riqueza nas relações do grêmio. É também um índice da capacidade do próprio grêmio para regular a sua atividade através do grau.

Igualmente, a aportação de testemunhas também é importante em quanto à prova de “*moribus, vita et legitimitate*”, um dos requisitos imposto em ambos os centros para o aceso à licenciatura, que traslada a boa procedência e boa conduta durante a vida universitária por parte dos sujeitos aspirantes ao grau. Não obstante, é importante assinalar que não registamos casos de denegação do aceso ao grau devido a não superação de esta prova. Poderíamos pensar que sujeitos concentrados humildemente no exercício do estudo, convivessem com outros não muito dados a isso nesta Salamanca do Renascimento. Gozando caprichosamente dos privilégios do grêmio, que não são poucos dentro da cidade, e dados a prazeres que deviam ser borrados do seu expediente pessoal através da aportação dessas testemunhas. A bastardia ou a impureza de sangue, o abandono no seguimento do estudo, o jogo, a celebração, o concubinato ou amancebamento, a prostituição ou as práticas homossexuais, as dúvidas, a malversação, a picaresca em general, existiam na Salamanca renascentista. De modo que, ao menos alguns dos nossos graduados (não sabemos quais nem quantos) poderiam ter-se visto tentados por estas distrações ou desviações morais para a época. Mas, em todo caso, são os próprios integrantes do grêmio quem podem desfrutar e também ocultar essas práticas: conceder e obter favores, dispensas, falsas testemunhas, para conseguir um grau.

Em Salamanca, nos situamos sobre uma realidade rica e complexa, o qual comporta uma serie ampla de alternativas para o procedimento dos sujeitos dentro do grêmio na hora da obtenção do grau. A redução de tempos de estudo na graduação é um bom exemplo disso, a isenção de cursos de leitura para o aceso à licenciatura (anos de repetições e conclusões públicas) ou uma problemática evidente em volta do bacharelato em Medicina ou Teologia, onde muitos acedem ao grau em simultâneo

com os cursos de Artes. Por certo, como sabemos, era também exigida a superação de certas provas ou exames para bacharéis em Medicina e Teologia.

DÉCIMO. Remetemos ao capítulo 5 para a descrição detalhada dos requisitos exigidos para cada grau acadêmico e as diferenças fundamentais segundo a sua evolução temporal, assim como ao apêndice documental para ilustrar com numerosos exemplos inéditos os resultados obtidos. Destaquemos aqui os numerosos requisitos que os licenciados em Salamanca deviam superar (depois do bacharelato, cursos de leitura – cursos de letras, repetições e disputas públicas-, provas de vida e sangue, e exame). A chamada “encerrona” ou “exame secreto”, tema de certo interesse historiográfico devido ao revestimento misterioso e solene do ato, foi objeto de especulações e erros. Podemos constatar documentalmente para a Universidade salmantina do Renascimento como o estudo não se realizava na capela de Santa Bárbara, como se afirmou noutras ocasiões, se não no domicílio do licenciando. Ao respeito, tanto constituições e estatutos, disposições claustrais e os próprios registros notariais do ato, evidenciam certa presença de advertências contra o suborno aos doutores participantes no ato ou a proibição da ajuda ao graduando para a preparação do exame.

Nos requisitos de acesso à licenciatura devemos destacar a grande incidência da redução de cursos de letras, através de dispensas eclesiásticas durante todo o período.

UNDÉCIMO. Em relação ao doutoramento, já se empregaram suficientes linhas em volta da problemática que o faz diferente, muito pouco acessível e vinculado a um estado superior na carreira gremial, promoção profissional ou diferenciação social. E a maior diferença reside no elevado gasto que representa a sua obtenção para o sujeito. Assim, é contínua a documentação que discute sobre a limitação de gastos mínimo-máximos para os membros da comunidade acadêmica: existe tanto o problema no gasto mínimo como o problema no gasto excessivo: de facto o avultado preço dos graus superiores em Salamanca será, a médio longo prazo do XVI, um problema constante para a instituição que se verá restada de uma população que deseja graduar-se e se traslada a outros; centros de “categoria menor” (veja-se o exemplo que temos tratado e como os bacharéis castelhanos acodem ao centro Valencia para obter o seu grau maior ou à própria Coimbra).

As cerimônias tanto da licenciatura como do doutoramento na Universidade salmantina foram suficientemente descritas e incluso publicadas, mas não para uma época tão precoce, a renascentista, se não segundo a norma estatutária e cerimonial barroca dos séculos XVII e, especialmente XVIII (remetemos ao capítulo 2 e a bibliografia final). Podemos corroborar, não só mediante a análise da norma se não também mediante exemplos nas descrições dos registros notariais ou mediante discussões em claustro, que muitas das práticas normalizadas em época barroca já se praticavam a inícios do século XVI: passeios por a cidade – incluso cavalgando-, corrida de toros, descrição do momento de petição e entrega de insígnias ou descrições dos menus, podem encontrar-se descritos ao longo do capítulo 5.

Em quanto ao doutoramento, cabe assinalar também a problemática em torno aos prazos que se dão a letrados em exercício para a obtenção do grau que deve ter para seguir ostentando o seu posto. E outra não menos interessante, a do anúncio público devidamente regulado da celebração de graduações às que a comunidade acadêmica pode acudir (o posto que ocupar em função de sua antiguidade), cobrando regulado por isto. A colação do grau representava uma boa oportunidade para os integrantes do grêmio de atingir uma retribuição (em dinheiro o espécie). Assim que existe controvérsia na possibilidade de assistência ao ato e participação em nas suas distintas fases por parte dos componentes da corporação (fossem eleitos ou designados). Cabe deduzir, também, que o aumento do grêmio por causa das graduações poderia ter repercutido numa maior pressão sobre as retribuições que os oficiais têm o Direito de atingir (o qual está em relação com o encarecimento do grau).

DUODÉCIMO a comparação entre a Universidade de Salamanca e a Universidade de Lisboa/Coimbra em relação à colação de graus, pode comutar-nos os fatores de atração e repulsão de população universitária dentro do contexto da mobilidade estudantil. Mas também nos permitiu conhecer o nível de crescimento institucional dos centros universitários da época: podemos aprofundar no reconhecimento do grêmio por parte das autoridades competentes, na sua autonomia, na sua personalidade jurídica, privilégios ou benefícios que desfrutam, financiamento e meios. Por tanto, temos de estabelecer também um nexu entre a população universitária e os meios econômicos (financiamento).

Para entender a variável econômica dos graus acadêmicos reunimos as investigações dos principais expertos na historiografia universitária com os resultados do nosso trabalho.

O significado econômico da colação de graus no montante total da atividade econômica do grêmio resulta reduzido. Sabemos que a Universidade de Salamanca, por exemplo, se mantém como uma entidade rentista sobre a produção agropecuária dos territórios mais ou menos circundantes. Porém, uma grande parte desta fazenda ia parar diretamente a umas poucas cátedras de propriedade excepcionalmente bem dotadas; por tanto, um grupo de doutores catedráticos concentram o poder econômico e produzem certo desequilíbrio frente ao resto da população acadêmica. Tendo isso em consideração, devemos valorar também que as finanças da Universidade dependem de uma colheita mais ou menos abundante e da qual seja satisfatória a relação com o subarrendador da concessão. Pelo tanto, os manifestos problemas na administração da economia universitária deviam combinar-se com a força que exercem unos poucos sobre outros muitos para a percepção de ingressos, anotando que o grêmio não deixa de crescer e por tanto a pressão sobre esses recursos é cada vez maior. Conseqüentemente, os ingressos dos integrantes do grêmio eram cada vez mais tardios, indiretos e insuficientes para todos os que não formam parte desse grupo de catedráticos. Neste contexto temos em conta a relevância das propinas e obséquios que implicavam os graus acadêmicos, também do pago de taxas à arca do estudo (montante, como vimos pouco significativo em comparação com os ingressos totais do centro) que eram uma maneira direta e segura de fazer-lhe chegar complementos em dinheiro e espécie a uma boa parte dos integrantes do grêmio. Deste modo, os ingressos pela colação do grau representam segundo os casos um complemento mais ou menos necessário para aqueles integrantes do grêmio muito pouco beneficiados por a captação e reparto de recursos da corporação.

Em segundo lugar, devemos ter em conta os recursos que move direta ou colateralmente a colação dos graus. A análise do grau foi-nos conduzindo a questões como a existência de empréstimos ou aportação de avais a determinados sujeitos para a graduação; ao “suborno” de doutores participantes em distintas fases do processo de colação; a limitação das incitações a os assistentes ou desvinculo dos candidatos ao grau (limitação de propinas por exemplo); a custosa desvinculação de meios para a colação de graus superiores (especialmente o grau de doutor/maestro); a preferência das autoridades para eleger a sua assistência a determinados graus em função da

maior ou menor retribuição dos mesmos; aos pleitos por defender a antiguidade de determinados doutores para a participação nos requisitos de colação de graus; a controvérsia por a ausência de assistência aos atos por a não publicação nos gerais dos atos, etc.

Não é estranho deduzir a convocatória de recursos que representava para a cidade a colação de graus superiores, sobre tudo o de doutor/maestro. Seria necessário contratar hospedarias, alfaiates, espetáculos taurinos, músicos... É dizer, o pomposo cerimonial gerava uma demanda econômica à cidade que convive com a Universidade. As Arcas universitárias, mestrescola, doutores, secretários, notários, bedéis, padrinhos, assistentes. Todos eles eram retribuídos por uma graduação em aumento a tenor das cifras. Podemos só perguntar-nos se quicá alguma vez chegasse algo aos testemunhos? O mercado dos benefícios curados como disse o próprio Beltrán de Heredia no seu bulário, a concessão de títulos os privilégios nas rebaixas de requisitos ou ampliação de privilégios para a obtenção do grau. Podemos perguntar-nos se tudo isso transferia um bom montante de recursos a determinados indivíduos?

8.2.2. AS GRADUAÇÕES NA COIMBRA DO RENASCIMENTO

PRIMEIRO. Como vimos no capítulo 7 existe também, no caso da Universidade de Lisboa/Coimbra, uma abundante documentação normativa sobre a prática dos graus desde a etapa medieval (D. João I ou, já nos 1503, de D. Manuel) até o nosso período de análise: os primeiros sessenta anos do século XVI. Sem embargo, as reformas de D. João III a partir de 1537, com o transvase definitivo a Coimbra, representa um antes e um depois na relação de toda a estrutura universitária, incluída os graus.

Alguns temas relevantes antes da intervenção de D. João III são assuntos como: a valorização da honorabilidade e honestidade dos estudantes durante os seus estudos; os critérios para a obtenção do grau de bacharel ou as despesas dos graus; as autoridades que intervém na colação dos graus; o juramento de fidelidade do graduado para com o grêmio, a Coroa e a Igreja; os tempos e requisitos de estudo para cada grau, etc. Temos de destacar três assuntos:

O primeiro é a presença de uma semente eclesiástica do fenómeno universitário, a través da colação dos graus. A normativa de João I, baseada em uma tradição anterior, determina a figura do cancelário, o bispo de Lisboa, como máxima autoridade na colação dos graus maiores. Em Coimbra, no ano 1537 no mosteiro é o prior quem dirige

a vida acadêmica, e na Universidade é o reitor. O rei transfere o cargo de cancelário cuja missão principal é outorgar os graus de licenciado em Leis e Medicina, e com a autorização pontifícia -já requerida- outorgaria também os graus de Teologia e Cânones (até agora estava a cargo do bispo). Temos, por tanto, uma duplicidade na concessão dos graus, e o Mosteiro de Santa Cruz não quer renunciar a colação dos graus. Graças às gestões de frei Brás de Braga e frei Diogo de Murça as instalações universitárias terminam nos *Paços do Rei* e o monarca determina pelas cartas regias de 1539 e 1540 que fosse o prior de Santa Cruz quem tivesse o título de cancelario - com o direito de conferir os graus de licenciado e doutor em Leis, Medicina e Artes, e mediante a aprovação papal conferiria também os graus de Teologia e Cânones. Determinou também que os exames privados para o acesso à licenciatura e a recepção dos graus foram feitos em Santa Cruz, se bem com o traslado em 1544 de todos os cursos aos Paços, também mudaram a colação com a exceção dos graus de licenciado e mestre em Teologia. A função do cancelario foi conservada pelo prior de Santa Cruz até 1834 - em 1557 a Universidade tenta de novo que o prior renuncie ao cargo, sem êxito-.

Em segundo lugar e associado à consolidação do cerimonial dos graus, estava a preocupação por fixar as taxas e despesas (em dinheiro ou em espécie) relativas a cada grau.

Em terceiro termo, temos a problemática sobre a fixação da população estudantil a través dos graus: incorporações, convalidações e exigências de terminar os cursos na própria Universidade.

SEGUNDO. A graduação protege o caráter fechado e endogâmico do grêmio acadêmico. Um exemplo é a preferência pelos graduados da própria Universidade a aqueles chegados de fora. Problema que representa uma interessante controvérsia desde a Idade Média.

O Conselho da Universidade mantinha também uma constante preocupação pela chagada de pessoal procedente de outros Estudos, como os lentes nomeados pelo próprio rei. Estes lentes nomeados pela autoridade real ocuparam em muitas ocasiões boas cátedras e tinham acesso direito aos privilégios próprios da Universidade lusa. A imposição de pago das taxas em Coimbra pareceu uma primeira solução ao problema, sem embargo temos de consultar o *Chartularium* da Universidade para chegar até o

coração da situação. Nesta documentação medieval (até 1537) podemos observar a flexibilidade e complexidade da Universidade e também oferece dados sobre as relações entre estudantes portugueses graduados ou formados no estrangeiro - a maior parte em Salamanca-, e a própria Universidade portuguesa. O ensino superior em Portugal devia conviver com uma população que, depois de graduar-se em Salamanca, tinha a vontade de graduar-se em Portugal - em muitos casos requerendo o grau fora da Universidade mais com os mesmos privilégios do grêmio-.

Uma última singularidade a destacar foi à definição de competências na graduação de bacharéis médicos com o Físico-mor do Reino.

TERCEIRO. Tendo em conta os dados da investigação para a primeira metade dos anos do período estudado, e tendo em conta a falta de documentação, as cifras respaldam as tese da historiografia universitária portuguesa: as dificuldades históricas do ensino superior em Portugal foram mais fortes de novo na última etapa lisboeta (os anos anteriores a 1537), e definitivamente D. João III resolveu deslocar à Universidade e realizar uma reforma profunda da instituição.

João III decidiu refundar à instituição, mudando a sede definitivamente a Coimbra em 1537. A partir de esse ano, a Universidade entra num período de construção mais também de instabilidade. As cifras revelam um espetacular incremento da graduação respeito ao período de Lisboa, que poderemos fazer extensível à população universitária mesmo tendo em conta os altos números de mortalidade académica calculados. Sem embargo, dentro do espetacular incremento, destacam as reduzidas cifras dos primeiros anos da Universidade em Coimbra (1537-40). Cifras que tem uma explicação: a migração coincide de portugueses para a Universidade de Salamanca, como temos estudado no capítulo 6.

A etapa de reformas reais é básica na hora de compreender o período tratado. Novamente, o análise do grau pode explicar alguns aspectos da dúvida do sistema institucional que passou a Universidade portuguesa em esses anos.

A documentação relativa ao período joanino é abundante, mais confusa e fragmentada. Comunica uma serie de problemas sobre os graus que terminem por questionar a validade do grau coimbricense e a desvantagem na relação custo-benefício respeito ao caso salmantino:

- Problemas constantes com a definição da autoridade que conferia os graus.
- Ausência de doutores que puderam conferir os graus (remitimos ao caso de Direito Civil)
- Problemas com a matrícula e com as provas de curso
- Modificações e adaptações constantes da normativa específica para a graduação para cada faculdade e para cada grau (normativa sobre leituras ou repetições, tempos e prazos de estudo e graduação, individuais ou conjunta, votações para o ordem de provas - a antiguidade era um valor fundamental dentro de grêmios, despesas relativas à cerimônia dos graus, lugar que ocupam as autoridades...

¿Que resposta teve a população universitária nesta adaptação constante da norma, perante esse clima de dificuldades institucional? ¿Por que existem dados -como vimos no capítulo 7- e ameaças de abandono do Estudo por parte dos estudantes para estudar ou obter um grau fora? O grau é a razão fundamental e, neste caso oferece uma explicação ampla sobre o problema da mobilidade estudantil no caso da Universidade de Coimbra.

Nesta época reformista, destacam as medidas para a atração, fixação e estabilização de população universitária. O objetivo era a atração de população universitária para o aumento da comunidade acadêmica. Mas a norma do monarca modifica-se de maneira constante sem terminar de conseguir os efeitos desejados: a população continua saindo de Coimbra e, uma maioria escolhe como centro de estudo Salamanca. Os dados trabalhados mostram uma recuperação nos índices de graus após os primeiros anos em Coimbra. Por tanto, as políticas focalizam-se numa maior censura aos estudantes que pretendiam estudar fora do reino de Portugal, e uma maior flexibilidade para a incorporação de estudantes que voltem desde o estrangeiro (a importação de professores qualificados foi uma das principais bases da reforma, onde Salamanca joga neste intercâmbio um papel chave).

Se a população universitária continua saindo para Salamanca é também, e entre outros motivos, porque tanto a norma como a prática da colação ainda não era suficientemente satisfatória, ao menos para o total dos estudantes. Resoluto o problema da validade do grau em Coimbra, com a igualdade das condições que tinha em Lisboa, os requisitos continuam a variar, as autoridades que participavam na colação estavam pouco definidas, os tempos e as provas de graduação também não evoluem

favoravelmente, etc. Parece que o monarca, até chega a atribuir-se a capacidade para graduar.

Nesta primitiva fase de desenvolvimento conimbricense representa um período de dificuldades para toda a população acadêmica, e tinha uma vinculação direta com os graus. Por uma parte, os estudantes encontram dificuldades constantes para o acesso ao mesmo, por outra os doutores, catedráticos e lentes do Centro, deviam suportar a irrupção de pessoal chegado de fora, em ocasiões em condições vantajosas.

A Corona condicionava a vida do grêmio, quem demandava um regime de maior autonomia (podemos estabelecer uma comparação com o modelo salmantino). Um facto, o económico, foi importante na colação dos graus: as taxas puderam ser uma solução parcial ao problema. O preço das graduações, especialmente as maiores sensivelmente inferiores a Salamanca, somado a uma necessidade de lentes poderia ter atuado como estímulo para a atração de universitários (remitimos ao reperto porcentual na composição dos distintos graus de bacharel, licenciado e doutor/mestre, comparar com o caso salmantino). Como estudamos em Salamanca, o século XVI vai ilustrar, em relação à evolução do preço dos graus maiores, certa competência entre as consideradas Universidades maiores e outras de nova criação mais com um prestígio menor.

QUARTO. Entre as cifras trabalhadas para a Universidade de Coimbra destaca o domínio da faculdade de Artes na graduação. A imagem do centro é similar ao perfil da Universidade de Salamanca: instituições de bacharéis juristas (a destacar os canonistas). Mais a diferença maior entre ambos os centros reside na importância do Colégio das Artes em Coimbra frente à Salamanca- Já temos dito como a evolução destes estudos, com um carácter básico na estrutura do ensino superior universitário, estava relacionado com a fundação em 1548 do Colégio das Artes conimbricense (e com a labor da ordem dos jesuítas a partir de 1555, acrescentado pela demanda de missionários para as novas terras ou na luta pelo controle da educação, como aconteceu em Salamanca). O Colégio das Artes, que teve de manter um difícil equilíbrio de poder com a própria Universidade, com o Rey e com o Mosteiro de Santa Cruz, parece demonstrar uma evolução mais satisfatória que o resto de faculdades. Mais também existe um contingente apreciável de que cursavam Artes e tinham acesso ao grau na Universidade de Salamanca.

A faculdade médica é outro nexu entre os centros conimbricense e salmantino. A presença, em constante aumento, de portugueses nos estudos médicos salmantinos é importante. Temos de relacionar o dado com o escasso prestígio médico da estrutura universitária salmantina; se bem um menor número de anos de estudo possa ser uma das principais razões de seleção do centro de Salamanca por parte dos estudantes portugueses.

O traslado de portugueses médicos para o Estudo do Tormes tem também a incipiente problemática da emigração de judeo-conversos portugueses, que pretendem um grau no anonimato, tendência que se consolidará como tem sido estudado em épocas posteriores.